

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PATRÍCIA JOVITA DOMINGOS MIGUEL

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CACULA /PROVÍNCIA DA HUÍLA

CRICIÚMA

2018

PATRICÍA JOVITA DOMINGOS MIGUEL

**COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CACULA /PROVÍNCIA DA HUILA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2018

PATRÍCIA JOVITA DOMINGOS MIGUEL

**COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM ANGOLA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE CACULA /PROVÍNCIA DA HUÍLA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de bacharel, no Curso de ciências econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Desenvolvimento regional

Criciúma, 20 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas Oliveira Estevam – Doutor (UNESC) - Orientador

Profa. Caroline, da Graça Jacques - Doutora - (UNESC) - Avaliadora

Profa. Liara Darabas Ronçani - Mestre - (UNESC) - Avaliadora

»À minha MãE, Isabel Kunda Domingos (*In
memoriam*)».

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pai todo Poderoso pelo sustento não somente no período de elaboração desta monografia, mas nos 4 anos de formação acadêmica.

Agradeço a minha mãe, que infelizmente já não se encontra no mundo dos vivos, mas tudo que sou e o que tenho me tornado devo a ela. Agradeço a minha família, pelo suporte a distância que me tem dado. Agradeço também ao Osvaldo Sady por todo apoio e ajuda durante a minha caminhada acadêmica. Agradeço aos pais que ganhei cá no Brasil, Sandra, Moises, Daniela, Périco, irmã Isabel. Muito obrigada por tudo que fizeram por mim, que Deus vos dê em dobro.

Agradecer ao meu orientador professor Dimas Oliveira Estevam, pela força motivação, grande exemplo de humildade e disciplina. Muito obrigada por todo ensinamento que às vezes até sem querer consegue me transmitir. A FES/UNESC por ter servido de inspiração para elaboração deste trabalho, na pessoa do seu ex-coordenador Professor Joelcy José Sa Lanzarini.

Agradecer ao Max pela orientação e ajuda no momento de elaboração deste trabalho. A professora Giovana em especial por ter se mostrado sempre disponível em procurar soluções diante das dificuldades encontradas no decorrer da elaboração deste trabalho. Muito obrigada professora.

Agradecer a ADRA (Direção de Desenvolvimento Agrário e Ambiente de Angola) na pessoa do seu diretor Doutor Belarmino Jelembé por ter abraçado comigo esta causa que não seria possível sem a sua ajuda e auxílio. Ao Engenheiro Simione e Senhor Anivaldo, ambos também integrantes da ADRA, obrigada por todo empenho e dedicação.

Aos meus amigos, conhecidos e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta trajetória acadêmica, distante ou perto. O meu muito obrigada EBENEZER...

Combati um Bom Combate Terminei a Carreira, Guardei a FÉ...
(2 Timóteo 4)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o papel socioeconômico das cooperativas agrícolas no município de Cacula, localizado na província da Huíla, Angola, bem como a sua importância nas localidades rurais, na geração de emprego e renda, diminuição das desigualdades sociais e combate à pobreza. Desta feita, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com delineamento documental. O estudo foi desenvolvido com base relatórios fornecidos por uma instituição não governamental denominada Ação para o Desenvolvimento rural e Ambiente de Angola (ADRA). Neste sentido, usando como um estudo de caso as cooperativas de Cacula, conseguiu-se perceber o contributo significativo das cooperativas agrícolas nas regiões onde atuam, tendo as mesmas uma participação significativa no desenvolvimento das localidades rurais, mas, que possuem algumas limitações que impossibilitam crescimentos maiores destas organizações, tendo sido simplificadas pela falta de políticas públicas que ajudem a alavancar as atividades destes movimentos no campo.

Palavras-chave: Cooperativismo Agrícola. Angola. Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo vicioso da agricultura familiar em Angola.....	39
Figura 2 - Mapa das principais culturas potenciais em Angola	40
Gráfico 2 - Evolução População Rural em relação a população Urbana de Angola..	41
Figura 3 - Mapa político de Angola.....	43
Figura 4 - Província da Huíla.....	45
Figura 5 - Agentes associados as cooperativas em estudo	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios da Província da Huíla.....	44
Tabela 2 - Comunas de Cacula.....	46
Tabela 3 - Cooperativas agrícolas legalizadas em Angola.....	52
Quadro 1 - Dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo agrícola em angola.....	57
Tabela 4 - Características das Cooperativas em análise (cacula).....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto Angola	37
Gráfico 2 - Evolução População Rural em relação a população Urbana de Angola..	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo agrícola em angola.....	57
Quadro 2 - Produção agrícola, prestação de serviços, assistência técnica e ação social das Cooperativas em análise	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADRA	Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
CNA	Comissão Nacional de Apoio a Cooperatização
ECAs	Escolas De Campo Do Agricultor
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FES/UNESC	Feira de economia solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense
IDA	Instituto de Desenvolvimento agrário
MINAGRI	Ministério da Agricultura
OGE	Orçamento Geral Do Estado
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PAPAGRO	Programa De Aquisição De Produtos Agropecuários
PMIDRCP	Programa Municipal De Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.
UNACA	Confederação Das Associações De Camponeses e Cooperativas Agropecuárias De Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	DESENVOLVIMENTO RURAL	17
2.2	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL	21
2.3	COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL	25
2.3.1	Desenvolvimento socioeconômico	30
3	METODOLOGIA	32
3.1	NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	32
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	33
3.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	36
4.1	TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA	36
4.2	4.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	43
4.3	COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM ANGOLA	50
4.4	DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM ANGOLA	56
4.5	COOPERATIVAS EM ESTUDO DE CACULA	61
5	CONCLUSÃO	68
6	REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país que depende quase totalmente do setor petrolífero, sendo assim o petróleo a maior fonte de arrecadação de receitas. No final de 2014, o setor petrolífero no país passou a enfrentar uma crise nunca antes vista, resultado da queda do preço desta *commodity* no mercado internacional (BANCO NACIONAL DE ANGOLA, 2015).

Segundo o Ministério da agricultura (2013), desde o fim da guerra civil em 2002, Angola tem mantido a paz e a segurança, a reconstrução foi sempre sustentada pelo boom nos preços do petróleo, e o país está a emergir como uma potência regional.

Mas, apesar dos progressos substanciais verificados na melhoria das condições sociais desde 2002, o país ainda enfrenta enormes desafios na redução da pobreza e no aumento dos índices de desenvolvimento humano.¹

Com a crise deste setor no país e pela sua dependência econômica passou a existir uma recessão nunca antes vista, recessão esta que trouxe consigo algumas consequências visíveis na sociedade angolana, nomeadamente o aumento da taxa de desemprego e, conseqüentemente a pobreza, desigualdade social, inflação generalizada sobre bens de consumo, devido à escassez de divisas no mercado interno chegando a mesma a uma taxa superior aos 40% (BANCO NACIONAL DE ANGOLA, 2016).

Mediante a situação econômica, passou-se a ter a necessidade de uma diversificação urgente da economia, descentralizando assim a sua fonte de arrecadação de receitas. A ideia inicial é capacitar outros setores até então ignorados que durante algum tempo não tiveram tanta visibilidade, principalmente, quando se fala de investimentos advindos pelo próprio Estado no seu OGE (Orçamento Geral do Estado)². Setores como agricultura, turismo e outros se apresentam como um ponto de partida para que esta diversificação da economia angolana se efetive.

¹ Em 2017, verificam-se os seguintes indicadores: IDH: 0,532; Expectativa de vida: 52.3 anos; PIB Per Capita: 3,110.81US\$; Taxa de Desemprego: 20%; Taxa de Alfabetização: 71,2 %. (BANCO MUNDIAL, 2015)

Dentre estes setores citados acima, nesta pesquisa, fala-se com mais realce do setor agrícola, sendo considerado um importante constituinte da setorização da economia e que se configura como vetor de desenvolvimento em países em desenvolvimento, como é o caso de Angola, que estima ampliar o processo de industrialização.

Alargar o setor produtivo, dando maior atenção aos setores, até então ignorados, tais como o setor agrícola, seria um começo, bem como, a criação de mecanismos e políticas que viabilizassem o avanço deste setor. Desta feita, neste trabalho, se pretende refletir como as cooperativas no setor agrícola, que comumente são definidas como ações coletivas orientadas para oportunidades de mercado, podem ter uma participação significativa na diversificação da economia, na geração de empregos e diminuição da desigualdade social e, acima de tudo, no crescimento do setor agrícola no país como um todo.

Considerando as questões apresentadas, a pesquisa busca saber o papel socioeconômico das cooperativas agrícolas no município de Cacula, localizado na província da Huíla. Especificamente, com um estudo de caso de um município, estima-se demonstrar a possível contribuição das cooperativas para outras regiões rurais de Angola, sobre a égide de combate às desigualdades sociais e a pobreza, assim como o crescimento do setor agrícola no país.

Com isso, como objetivo geral, analisa-se o papel socioeconômico das cooperativas agrícolas no município de Cacula, localizado na província da Huíla. Como objetivos específicos, foram elaborados nomeadamente:

- Identificar o número total de cooperativas por setores de atuação e produtos;
- Levantar a distribuição e localização das cooperativas por região e território de abrangência;
- Verificar os números totais de associados por cooperativa em comparação ao total de produtores;
- Descrever as políticas públicas específicas para o desenvolvimento rural e no âmbito do incentivo ao cooperativismo;
- Identificar quais as cooperativas que mais se destacam em termos de

desempenho socioeconômico.

- Destacar o desempenho socioeconômico dos associados após a inserção dos mesmos em cooperativas;
- Observar através das análises a contribuição e importância do cooperativismo na produção de emprego e renda para o desenvolvimento da região de sua abrangência.

O estudo problematiza e se apresenta no campo de pesquisa que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar como áreas de estudo da economia, que também apresenta uma abordagem significativa do estudo das cooperativas, envolvendo o modo de funcionamento e a importância das mesmas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O cooperativismo se consolida efetivamente no meio rural, sendo a expressão da agricultura familiar significativa na sua atividade. No referido capítulo da fundamentação teórica, discorre-se sobre a necessidade de se dimensionar a importância do desenvolvimento rural atrelado a agricultura familiar para o cooperativismo, sobre a perspectiva de não tem como mencionar o cooperativismo rural sem referenciar a agricultura familiar.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL

Antes de uma contextualização sobre desenvolvimento rural, deve-se perceber o que é o meio rural e o que o distingue das zonas urbanas como um todo. De tal modo, a zona rural é aquele espaço que não faz parte dos meios urbanos sendo utilizada na maior parte para a prática de atividades de agricultura, pecuária, extrativismo, silvicultura, conservação ambiental, turismo rural (ecoturismo), ressaltando ainda que o meio rural não serve apenas para estas práticas. (BIAZZO, 2008).

Já as zonas urbanas, conforme ressalta Biazzo (2008), são áreas, espaços que passaram pelo processo de urbanização fomentado sobretudo, pela industrialização, onde em alguns casos ,se observa uma densidade demográfica e populacional superior as zonas rurais, um caracterizado pela visível transformação humana, desde construção de prédios de grande porte, presença de um grande número de veículos automobilístico etc., e a outra pela ausência de transformações humanas estruturais, preservando assim os espaços verdes, a calma, e o contato direto com a natureza que o espaço em si oferece. Em síntese, urbano e rural são duas dimensões de um mesmo espaço geográfico, e suas relações inserem-se no contexto da divisão territorial do trabalho (BIAZZO, 2008).

“O rural não é apenas um corte espacial, de natureza geográfica que nada define em termos de atividades econômicas. Ou seja, nas áreas rurais podem ser realizadas tanto atividades agrícolas, como não-agrícolas”. (VEIGA ,2001, p.7),

A partir da definição de rural acima apresentada, o desenvolvimento rural pode ser entendido como uma política de Estado destinada a induzir amplas

transformações sociais e econômicas nos ambientes rurais, numa direção desejável que forneça melhorias a pessoas que integram este meio garantindo cada vez mais uma melhor qualidade de vida a estas pessoas (SCHNEIDER , 2004 apud ELLIS et al., 2000; 2001), a definição e a teorização de desenvolvimento rural podem remeter a discussão com diferentes autores.

Segundo Navarro (2001, p.81):

Desenvolvimento rural são programas realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos. Mas pode se referir também à elaboração de uma "ação prática" para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais).

De acordo com a citação acima, observa-se que o Estado vai se configurar como órgão fomentador do desenvolvimento a partir de políticas públicas, planejamentos pré-definidos, estabelecendo metas e prioridades.

Como agente fomentador deste desenvolvimento, o Estado deve carregar um bom planejamento para que suas metas sejam preconizadas e consolidadas como desenvolvimento, para que suas ações não se configuram apenas como cartas de boa intenção, mas um planejamento bem definido que no médio prazo trará resultados satisfatórios para a comunidade beneficiária.

Na discussão apresentada por Schneider (2004), por exemplo, com base em Ellis et al. (2000; 2001), a compreensão de desenvolvimento rural amplia o debate sobre o próprio sentido teórico do termo, mostrando diferentes compreensões sobre o desenvolvimento rural.

Ellis é cuidadoso e refratário quanto à atribuição de um sentido teórico à noção de desenvolvimento rural, preferindo defini-lo como um conjunto de ações e práticas que visam reduzir a pobreza em áreas rurais, visando estimular um processo de participação que empodera (empowerment) os habitantes rurais, tornando-os capazes de definir e controlar suas prioridades para a mudança (2000, p. 25; 2001, p.443 apud SCHNEIDER, 2004, p.95).

O desenvolvimento como ação ou processo de desenvolver necessita efetivamente de mudanças e não é diferente quando se fala de desenvolvimento rural. Schneider (2004) menciona a questão da redução da pobreza nestas localidades por se tratar de uma realidade bem evidente nas regiões , onde se verifica um índice de

pobreza superior as zonas urbanas, e não só o índice de desenvolvimento a todos níveis nas regiões rurais em alguns casos é inferior às zonas urbanas, tendo como bases, o difícil acesso a meios e estruturas que possibilitem aos agentes do meio rural, acesso a ensino, trabalhos, e condições favoráveis para o desenvolver de suas atividades no campo, e pela escassez dos mesmos, a pobreza nestas zonas rurais passa a ser bem evidente.

Segundo Abramovay (2000, p.14):

O desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola, eis uma afirmação que se tornou corriqueira na produção acadêmica e nas instituições governamentais e não governamentais de desenvolvimento no mundo todo. Por mais relevante que seja os estudos das atividades não agrícolas no meio rural, a questão de desenvolvimento, porém, não se restringe às possibilidades de sua expansão.

Ao contrário do que muitos pensam, a atividade agrícola não se configura como a única atividade impulsionadora de desenvolvimento rural, existem itens também importantes que podem levar a um desenvolvimento rural. A criação de políticas de integração ao meio de ensino, por exemplo, a construção de escolas, o fornecimento de acesso aos meios de comunicação e acesso a informação, também seria um meio de desenvolvimento para estas localidades que não fosse baseado única exclusivamente trabalho no campo, mas atrelado ao desenvolvimento de seus intelectos, para que eles mesmos pudessem através de seus conhecimentos fomentar novos escapes de desenvolvimento as suas localidades.

O meio rural é muitas vezes compreendido como meio de atraso, por envolver áreas de difícil acesso à energia elétrica, internet, rede de telefone, mas o meio rural com certeza tem seu papel e contributo no desenvolver das sociedades, embora hoje em dia a existência de agricultura urbana seja cada vez mais frequente, é destas zonas rurais onde provêm os produtos agrícolas em maior escala.

Cada vez mais, a necessidade de criação de mecanismos e políticas que fomentem o crescimento a todos os níveis destas zonas, seja facilitando o acesso a comunicação, energia elétrica, escolas e hospitais, até mesmo para se evitar o êxodo rural, porque tem-se verificado um fluxo migratório frequente dos jovens saindo das zonas rurais as zonas urbanas, por fatores como a escassez de trabalho no campo e melhores condições de vida (ESTEVAM, 2016).

É necessário que se deixe de pensar no rural como um meio exclusivamente para se desenvolver atividades agropecuárias e se comece a pensar no rural como meio onde também podem ser realizadas outras atividades que não o cultivo, ou a criação de animais, mais como um meio de aprendizado, de busca de conhecimentos, onde vivem pessoas que não desempenham apenas atividades agropecuárias, mas que vivem nestas localidades, por opção e não um fim, pela tranquilidade que o meio oferece, pelo contato frequente a natureza, pela qualidade de vida etc.

Segundo Navarro (2001, p.97):

Desenvolvimento rural, portanto, não se restringe ao “rural estritamente falando” – famílias rurais e produção agrícola – nem exclusivamente ao plano das interações sociais, também principalmente rurais – comunidades, bairros e distritos rurais, por exemplo –, mas necessariamente abarcam mudanças em diversas esferas da vida social as quais, se têm por limite mais imediato de realização o município, podem estender-se para horizontes territoriais mais extensos, como provavelmente ocorrerá em curto prazo. Parecem assim desaparecer definitivamente o corte rural urbano e as formas de sociabilidade, igualmente demarcadas por tal segmentação.

A consolidação deste desenvolvimento rural pode atingir outras esferas, abarcar outras regiões, que não sejam estritamente localidades onde existam famílias que vivam do trabalho agrícola ou agrário.

Segundo Ploeg (2011, p.131),

os processos de desenvolvimento rural tanto remodelam as práticas de agricultura como são resultado de práticas mutantes nesta área. Uma vez que essas mudanças serão *parciais* (só ocorrerão em uma *parte* do setor agrícola), *desiguais* (algumas práticas de desenvolvimento rural serão mais desenvolvidas do que outras) e *diferenciadas* (práticas de desenvolvimento rural estão longe de ser uniformes; são, ao contrário, multidirecionais), o desenvolvimento rural certamente contribuirá para ampliar a heterogeneidade do setor agrícola, assim como é, em si, um processo heterogêneo. Ou seja, os estilos de agricultura vigentes serão afetados, tão logo surjam novos estilos de agricultura (enquanto outros poderão desaparecer).

Sendo assim, conforme demonstra Ploeg (2011), o desenvolvimento rural vem acompanhado de um conjunto de mudanças que podem ser tidas como mutações, e em alguns momentos atingir apenas uma ou outra determinada localidade, consolidando-se como mudanças parciais, ou seja, desigual, dependendo das políticas que se vai adotar, algumas poderão ter resultados positivos e alcançarão as metas pré-estabelecidas e outras não terão o mesmo sucesso esperado, e as mesmas

também possuem capacidades de atingir várias direções, na medida em que vão surgindo outras formas de se fazer a agricultura, os modelos existentes vão desaparecendo para dar lugar a novas experiências e assim sucessivamente.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Entende-se por agricultura familiar a atividade de produção agrícola realizada em pequena escala por pequeno proprietário de terra juntamente com o seu grupo familiar, muitas vezes para sua subsistência, comercializando ou fazendo trocas de seus excedentes. A definição de agricultura familiar apresentada pode ser identificada na literatura referente ao tema, conforme demonstra Wanderley (2014), caracterizada como uma forma de atividade econômica e marcada pela importante presença da estrutura social que é a família, como vetor principal para alavancagem desta atividade. A agricultura familiar configura-se como um elemento essencial para alavancagem do desenvolvimento rural sendo um grupo com uma enorme diversidade econômica e heterogeneidade social.

“A agricultura familiar se incorpora ao processo de acumulação através de sua atividade produtiva, internamente, os resultados da produção continuam sendo percebidos pela família como um rendimento indivisível.” (WANDERLEY, 2014, p.51).

O processo da atividade desenvolvida pela agricultura familiar vai pensar numa primeira instância na subsistência da própria família como um rendimento consagrado indivisível, podendo mais tarde comercializar o seu excedente.

A agricultura familiar se tornou uma categoria consagrada, capaz de abranger todas as formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica. (WANDERLEY, 2017, p.69).

A agricultura familiar possui este caráter pragmático por poder fazer esta associação entre trabalho família e produção, onde quem produz são os próprios componentes do grupo familiar, produzindo para a subsistência da família e para troca e comercialização do seu excedente conseguindo assim manter a sua natureza que lhe é característica.

A Agricultura familiar é aquela onde a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si vínculos de sangue ou de casamento. Dois aspectos são importantes nesta definição: a) Ela evita que se faça um julgamento prévio que consiste em associar o caráter familiar da unidade produtiva ao seu desempenho: é o que ocorreu durante muitos anos, quando se tomavam como sinônimos agricultura familiar e pequena produção, produção de baixa renda ou até produção de subsistência. A agricultura familiar existe em ambientes sociais e econômicos os mais variados: são familiares os camponeses andinos, bem como os produtores integrados de nossa região Sul. Da mesma forma b) O caráter familiar da produção repercute-se não só na maneira como é organizado o processo de trabalho, mas nos processos de transferência hereditária e sucessão profissional. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão. (ABRAMOVAY, 2010, S/N)

Segundo Heberlê et al.(2017, p.135):

A agricultura familiar tem papel expressivo como agente do desenvolvimento rural. Nesse sentido, é essencial considerar que: a) desenvolvimento não é sinônimo de crescimento ou modernização; b) o desenvolvimento deve ser um processo que tenha a estratégia intencional de promover mudanças; c) o enfoque de desenvolvimento territorial deve estar presente e, nesse sentido, as ações devem se dar na perspectiva local e de reconhecimento do papel protagonista de seus atores e instituições; d) o foco primordial deve vincular-se às perspectivas de preservação e valorização do campo, do saber e da cultura local; e) a transição agroecológica e a agroecologia apresentam potencial transformador das realidades rurais contemporâneas.

Embora a agricultura familiar possuir, um contributo significativo para o desenvolvimento do meio rural, nesse sentido, a necessidade de mencionar que o desenvolvimento rural não vai ser medido por um crescimento imediato, ou seja no curto prazo, sendo que o mesmo tem de ter como escopo principal gerar mudanças, tendo como protagonistas principais os próprios agricultores, valorizando o seu espaço de produção, o campo, fatores como a cultura, o saber local, também devem ser preservadas para que se mantenha a sua essência, o surgimento de um desenvolvimento não pode passar por cima deste fatores para que não se perca os valores característicos do meio rural por si só.

Partimos da hipótese de que a agricultura familiar a que nos referimos não é nem estritamente camponesa e tão pouco essencialmente capitalista e/ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar a que referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização. (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p.91).

Quando formos considerar o conceito da agricultura familiar o primeiro ponto a ser considerado é que a agricultura familiar possui características muito peculiares, a mesma não é estritamente camponesa, por se abrir as mudanças fomentadas pela modernização e, nem essencialmente mercantilista, por pensar primeiro na produção para a subsistência do grupo familiar e só depois na comercialização do excedente.

O rendimento advindo da comercialização do excedente da produção da agricultura familiar é comumente considerado indivisível apesar de possuírem vários elementos na execução desta atividade, pois na maior parte o mesmo servirá para outros investimentos na produção e na compra de bens alimentares que eles não possuam. “A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado. ” (WANDERLEY, 2003, p.44).

Claramente a figura do agricultor familiar se configura como resultado da atuação do Estado através de políticas públicas que movimentam estes atores sociais a desempenharem suas atividades e consolidarem seus espaços.

Havendo a necessidade de que cada vez mais as políticas públicas criadas para dinamizarem as atividades neste meio possam atender realmente às suas necessidades, que se assentam essencialmente no fortalecimento dos meios de produção, e meios que permitam gerar excedentes, conforme teorizam Schneider e Cassol (2017, p.91), e ao acesso aos serviços, instrumentos que viabilizem cada vez mais esta atividade.

Segundo Wanderley (2003, p.42),

Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, frequentemente vistos como “gestados” pela própria ação do Estado?

A agricultura familiar surge efetivamente na transição de um campesinato tradicional com suas características bem enraizadas, para uma outra figura mais aberta às transformações geradas pela modernização, sendo capaz de atender às exigências do mercado moderno.

Segundo Wanderley (2003), alguns defendem ainda o fato da agricultura familiar se efetivar quando um determinado grupo de agricultores, conseguem se adaptar as exigências do mercado, designando os que conseguem alinhar-se às modificações de consolidados. Ao contrário dos outros pequenos produtores que não conseguem assimilar estas modificações.

A capacidade empreendedora e inovadora dos agricultores familiares é a responsável pela diversificação social e produtiva dos territórios rurais em que vivem. A partir deste enfoque seus trabalhos passam a dialogar com as discussões sobre as dinâmicas territoriais do desenvolvimento do espaço rural. (SCHNEIDER, 2010, p.519).

Existe uma relação forte atrelada à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, neste sentido é agricultura familiar passa a ter uma certa responsabilidade tanto na produção como também um papel social, na diversificação dos territórios rurais onde vivem, fomentando cada vez mais o desenvolvimento rural nestas localidades.

[...] O agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo. Pelo contrário, ele constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. (WANDERLEY, 2003, p.58).

A figura do agricultor familiar é vulnerável às transformações que ocorrem ao seu redor, porém não se despidendo da sua faceta e preservando a sua essência de camponês, em contrapartida se abrindo para novas experiências.

[...] a necessidade das políticas públicas para a agricultura familiar aprofundar o apoio aos processos de organização da produção e apoio à construção de mercados. Os agricultores familiares precisam de mais e melhores mercados, para que não fiquem dependentes e vulneráveis dos canais de venda da produção agropecuária que são dominados e oligopolizados pelas grandes cadeias do setor agroalimentar. (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p.105).

As políticas públicas devem necessariamente apoiar a agricultura familiar na criação e construção de mercados próprios, porque se verifica uma grande dependência da agricultura familiar aos canais de vendas dos grandes oligopólios do setor agroalimentar, sendo estes a produção feita em grande escala. A agricultura familiar mediante a estes oligopólios sai em desvantagem, realmente sobre este fator a necessidade que se valoriza a posição da agricultura familiar e o seu contributo no

desenvolvimento rural, fomentando mercados próprios que facilitem o escoamento dos seus excedentes.

O desafio para a agricultura familiar consistiria na melhoria de sua capacidade de interação social e inserção em mercados locais ou non-standards (merenda escolar, programas sociais) em um contexto de "economia da qualidade". A economia da qualidade refere-se às múltiplas formas de construção social (embeddedness) da percepção do que é qualidade, que pode estar na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais. Neste cenário, os agricultores familiares precisam desenvolver habilidades para construir os novos mercados, saber "ler as tendências e os gostos dos consumidores", ser capaz de organizar redes sociotécnicas (de tipo fair trade ou solidárias) e cadeias curtas de produção (short supplyagrifoodchains) que permitam atender a demanda. (SCHNEIDER, 2010, p.526)

Outro meio que tem servido de grande importância no meio rural atrelado a agricultura familiar como impulsionador e desenvolvimento nestas localidades é o cooperativismo, que é uma forma organizada, que surge no meio rural de formas a facilitar a atividades exercidas por estes agentes no campo como será ilustrado no decorrer do trabalho.

2.3 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Na intenção de unificar os agentes rurais entre si, surgem às cooperativas, cujo papel principal se cinge no desenvolvimento econômico e no bem-estar social da comunidade, buscando sempre a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia.

As pequenas organizações cooperativas cada vez mais estão se tornando uma alternativa ao desenvolvimento rural, principalmente para algumas famílias de agricultores categorizados como membros da Agricultura Familiar, mantendo e revitalizando inúmeras atividades de produção abandonadas, devido aos altos custos de produção, reconectando o produtor e consumidores, e mercados como espaços de interação social, como teorizado por Estevam, Salvaro e Busarello (2015).

As mesmas também se configuram como uma arma contra a exclusão social. De forma geral, cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo a essência do cooperativismo está no espírito de cooperação. Os homens e Mulheres fazem uma opção de vida e trabalho, em que ele escolhe viver de ajuda mútua, construindo uma sociedade melhor baseada em valores

nobres de solidariedade, de igualdade de direitos e deveres, de responsabilidade e de compromisso (ESTEVAM, 2016).

Portanto, pela sua essência, o homem tem o compromisso de transformar as relações que hoje são individualistas em ações cooperativistas (SANTOS; CEBALLOS, 2017).

Esta discussão é abordada também na ótica de vários autores

O Cooperativismo existe desde a pré-história, na colheita, na pesca, na caça... E isso demonstra que a cooperação tem sido constante na vida do ser humano no decorrer dos tempos, quando os homens se agrupam para defenderem interesses em comum. Mas, foi no século XIX que a idealização do Cooperativismo nasceu, em 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester, na Inglaterra. Com o desemprego gerado pela Revolução Industrial, que substituiu por máquinas a vapor o trabalho artesanal, os tecelões criaram o que seria a primeira cooperativa. A primeira força do cooperativismo surge como resposta à Revolução Industrial na Inglaterra, tendo seu impulso amparado pela crise econômica. A segunda força vem com a globalização, que provocou um enxugamento em muitas empresas e um grande aumento no número de desempregados, levando muitos a verem no sistema cooperativo, uma maneira de retorno ao mercado. Com o aumento das terceirizações, as cooperativas puderam prestar todos tipos de serviços, tanto a outras cooperativas quanto aos demais setores da economia. No entanto, muito antes da globalização, o segmento cooperativista já era utilizado na agricultura" (SANTOS; CEBALLOS, 2017, S/N).

O Cooperativismo não é uma atividade nova, a mesma existe desde a pré-história, onde já se verificavam pessoas que exerciam certos tipos de atividade nomeadamente , a pesca e a caça , se unindo em prol dos interesses comuns, este conceito de cooperativismo parte inicialmente na Inglaterra, com o desemprego gerado pela revolução industrial, onde as máquinas passaram a fazer a vez da mão humana e as indústrias passaram a despedir vários trabalhadores, e por resposta a avalanche de desempregos verificado na altura surgiam as primeiras cooperativas , impulsionadas também pela crise econômica.

A globalização também foi um dos impulsionadores do cooperativismo pelo número de desempregos que a mesma causou, levou mais uma vez as pessoas a recorrerem ao cooperativismo como forma de integrarem novamente ao mercado trabalho, podendo assim se afirmar que o cooperativismo é um processo antigo que em momentos de recessão resultantes de exclusão e desempregos tem um papel preponderante, possibilitando novos escapes sobre uma forma de cooperação de trabalho movidos pelo bem comum.

O cooperativismo pode proporcionar aos cooperados inúmeras vantagens por poder oferecer maior possibilidade de conseguir melhores preços de seus produtos através do poder de barganha e de um maior acesso a tecnologias e equipamentos, que ficam à disposição de todos os membros da instituição. Por incentivar a cooperação entre as pessoas oportuniza promover o desenvolvimento local e contribui para o bem-estar da comunidade. (PICOLI; FABRIS, 2014, p.15).

Como se costuma dizer, a união faz a força e o cooperativismo atrelado a agricultura familiar surge também como uma forma organizada frente a resolução de problemas que os agricultores não conseguem resolver por si só, problemas estes tanto de acesso a mercados como de acesso ao crédito, para a melhoria de suas atividades no meio rural. O cooperativismo se distingue das empresas de iminência capitalista por possuir um caráter democrático, no cooperativismo não existe uma hierarquia como se verifica nas empresas capitalistas, todos são donos e tem direito de expor suas ideias para bem comum e não individual, para fortalecimento do grupo como um todo, fomentando novas oportunidades aos seus associados, e dinamizando suas atividades no meio em que estão inseridas, sendo que o lucro ou seja o capital é apenas uma consequência do trabalho exercido pelos membros (ESTEVAM, 2016).

As cooperativas se diferenciam das demais sociedades por terem características próprias: adesão voluntária, capital social variável, um homem um voto, dependem de um número mínimo de pessoas para sua existência e não de capital, o rateio das sobras e perdas é proporcional à produção de cada cooperado; entre outras especificidades mais que as tornam tão especiais por valorizarem o ser humano e não o capital. (SANTOS; CEBALLOS, 2017, p.1144)

A valorização nas cooperativas não se pauta no capital, mas a figura do ser humano, esta é uma característica muito particular das cooperativas que faz com que a união no meio de seus integrantes seja cada vez mais frequente, tendo seu papel social e cultural também.

“As cooperativas vêm se constituindo como um valioso instrumento estimulante da força de trabalho, pois minimiza o empobrecimento de muitas populações, através da inovação” (PORTO; FERREIRA, 2014, p.315).

É frequente o discurso de pobreza no meio rural, muito pelo que já se narrou no tópico anterior, a falta de acesso a serviços como escolas, hospitais, altas tecnologias para dinamizarem suas atividades. E o cooperativismo surge como

alavancagem destas atividades desempenhadas no campo, esta organização permite que haja mais oportunidades de trabalho, mais acesso a mercados, formações, renda e, conseqüentemente no médio prazo gerar impactos, que podem ser sociais como econômicos, que podem ser identificados também, pela redução da pobreza, maior acesso aos bens e serviços, e no longo prazo resultará em desenvolvimento dessas localidades.

Segundo Minatel e Bonganha (2017, p.254), são Princípios do cooperativismo:

A cooperativa não visa a lucros, o que seria a remuneração do capital. Se houver sobras no fechamento do Balanço Anual, essas sobras se destinam aos fundos previstos no estatuto da cooperativa e o resto fica à disposição da Assembleia Geral, que decide livremente sobre o seu destino. Se os cooperados decidiram pela distribuição dessas sobras, elas serão distribuídas proporcionalmente à participação de cada cooperado na geração destas; Juro limitado ao capital: O sistema cooperativista considera o capital como simples fator de produção, limitando o máximo de juros que podem ser pagos, pois o objetivo da cooperativa é a prestação de serviços ao quadro associativo; Educação permanente: Todas as pessoas carecem de aperfeiçoamento constante, capacitando-se para o exercício da cooperação. Por isso, existe um fundo específico para educação dos cooperados e do público em geral.

Para que se possam considerar cooperativas a necessidade que a unidade incorpore as características acima citadas e a maior delas que sempre deve prevalecer é a igualdade entre todos integrantes.

Segundo Minatel e Bonganha (2017, p.20):

Como atribuição de uma cooperativa, podemos citar o fomento da própria atividade rural, através do crédito ao produtor, que pode ser viabilizado com capital da própria entidade ou com crédito governamental, recebido e repassado aos cooperados, em condições atrativas e viáveis para os negócios do campo.

A facilitação ao acesso ao crédito por parte destes agentes rurais é outro papel fundamental das cooperativas que pode advir da própria cooperativa, por meio do seu fundo, contribuições, ou ainda por repasses do governo a estas cooperativas, mais uma vez fazendo menção à necessidade que este acesso ao crédito advindo do governo seja cada vez mais facilitado para que sirva também de incentivo à produção, viabilizando cada vez mais o trabalho fomentado no campo.

Em síntese de acordo com a literatura consultada é cada vez mais frequente o movimento cooperativista nas sociedades rurais, e juntamente com a agricultura

familiar elas têm sido os responsáveis de constantes avanços significativos nas suas zonas rurais resultantes em desenvolvimento rural a todos os níveis, por isso a necessidade de que sejam criadas políticas que fomentam cada vez mais estas atividades tão expressivas no meio rural.

Outro elemento que passou a ser chave essencial junto do cooperativismo é a economia solidária que cada vez mais tem ganhando espaço nas sociedades sobre forma de outro modelo econômico. Difundido principalmente pelo sentido de inclusão social, que juntamente com o cooperativismo e outros modos de organização de pessoas que de alguma forma foram excluídas pelo sistema que se configura o capitalismo, baseadas em princípios importantes como a autogestão, democracia, consumo solidário respeito a natureza, etc. e principalmente a autogestão.

2.3.1 Desenvolvimento socioeconômico

A questão de desenvolvimento abordada principalmente por Amartya Sen, é várias vezes rebuscada para desequinar de forma mais ampla e sistemática a questão.

" O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer preponderantemente sua condição de cidadão" (SEN,2000)

O autor faz ênfase a questão da liberdade como ponto de partida para um possível desenvolvimento, liberdade essa que os cidadãos de uma determinada sociedade devem ter para que realmente o desenvolvimento se efetive.

Segundo Sen (2000), A ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica.

A pobreza inibe de certa forma a liberdade dos indivíduos, ao dificultar o acesso a bens e estruturas, como por exemplo a saúde, a alimentação, a educação, habitação vestuário etc. São elementos significativos na composição da liberdade dos cidadãos.

Segundo Sen (2000) A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões, 1) a razão avaliatória: avaliação do processo tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas, 2) a razão da eficácia; a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição das pessoas.

Para que se considere desenvolvimento, o autor faz menção a dois pontos-chaves a serem analisados, que são, a razão avaliatória onde primeiramente deve-se observar se nesse processo o aumento da liberdade das pessoas aumento ou não, medido através do acesso as estruturais sociais e econômicas dos cidadãos daquela determinada localidade, ou seja sem que o número de pessoas com facilitação ao acesso a estas estruturas aumente, não poderemos considerar desenvolvimento. O segundo ponto diz respeito a razão da eficácia, referenciando que o desenvolvimento deve ser medido pela condição de vida dos cidadãos que faz, ou seja, a figura do

cidadão bem como sua condição de vida social e econômica são os pontos-chaves para se notificar então o desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico sempre se caracterizou por aumento da renda per capita e por melhoria dos padrões de vida; em períodos relativamente curtos isto pode não ter ocorrido porque o desenvolvimento econômico era acompanhado por forte concentração de renda (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1).

" O desenvolvimento econômico é muitas vezes acompanhado por desigualdades crescentes. É diferente se se define o crescimento como não envolvendo mudanças econômicas estruturais" (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 1).

Característico de países principalmente capitalistas o desenvolvimento econômico implica também no aumento das desigualdades sociais, ao que deveria ser o contrário. A má distribuição das riquezas contribui assim para a existência dessas desigualdades, favorecendo a minoria e desfavorecendo as massas que se configura como a maioria.

Para que realmente a distribuição destas riquezas aconteça de forma igualitária e resulte em um possível desenvolvimento não somente econômico, mas como social a necessidade de se possibilitar alcances maiores de acesso às estruturas então escassas pelas massas como referenciado anteriormente, via instrumentos de políticas estatais sobre as diversas áreas da sociedade.

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho, no que diz respeito à finalidade, foi de natureza descritiva, que segundo (GIL, 2002, p.42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis”. Segundo o mesmo autor, uma de suas características mais significativa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. Desta feita, quanto ao delineamento da pesquisa, se fez o uso de pesquisas bibliográficas, documental. As análises feitas foram de natureza quantitativa e qualitativa.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 2002, p.50).

Baseada também em uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002), é uma pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, é realmente importante a necessidade de uma base bibliográfica sólida adequada ao assunto que nos sirva de suporte a nossa pesquisa, quando maior o número de bibliografias sobre o assunto melhor, para que se possa ter uma maior visibilidade do assunto em questão.

A pesquisa documental, que segundo Gil (2002), assemelha-se a pesquisa bibliográfica, pois a única diferença entre as mesmas é a natureza das fontes. “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”; um dos primeiros passos a ser levado em conta na pesquisa documental,

é a exploração das fontes documentais (GIL, 2002, p.51). Mediante ao número de bibliografias já disponíveis para a pesquisa, pretende-se explorar ao máximo tais informações de formas a possuir uma base para uma boa desenvoltura do trabalho em questão.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Vale ressaltar que existem poucas ou limitadas informações relacionadas ao tema em questão publicadas e de fácil acesso ao público em geral, fator este que se configurou em alguns empecilhos na formação da pesquisa. Para tanto, na coleta de dados recorreu-se a ONG “Ação Para o Desenvolvimento Rural e Ambiente” - ADRA, que atua no território da pesquisa e que se mostrou disponível em fornecer as informações necessárias para servir de base a pesquisa deste trabalho.

A ADRA tem desenvolvido um trabalho nas regiões rurais por toda Angola e acompanha um número considerável de cooperativas por todo país. A mesma instituição conta com 28 anos de existência e foi criada por um grupo de cidadãos movidos por um interesse comum de contribuir para que as comunidades rurais tenham maior protagonismo no processo de desenvolvimento integral e sustentável, motivados pela necessidade de uma maior participação da sociedade civil na vida pública, económica, social e cultural do país (ADRA, 2010).

A ADRA possui sua sede na província de Luanda, mas tem procurado estender seus trabalhos e atividades por toda Angola, sendo que hoje estão inseridas em seis províncias do país, apoiando mais de 54.000 famílias e 32 cooperativas, em localidades Rural. Suas atividades estão ligadas ao apoio a produção agrícola, ao reforço da cidadania, capacitação das comunidades e advocacia social nas localidades onde atuam. (ADRA, 2010).

No contato com a referida ONG, foi sugerida a realização de um estudo de caso na província da Huíla município de Cacula, por ser uma das províncias que tem desenvolvido um número significativo de atividades, no âmbito das organizações cooperativas, nas suas localidades rurais, bem como pela disponibilidade das informações, daí ter sido então a escolha de cacula para análise do movimento cooperativista na referida localidade.

Para o alcance dos objetivos, foram analisados documentos e relatórios³ fornecidos pela ADRA, envolvendo informações específicas sobre o cooperativismo agrícola na província da Huíla município de Cacula e informações gerais sobre a situação agrária do país.

Além disso, como procedimento para o levantamento de informações sobre as cooperativas da província da Huíla município de Cacula, foram aplicados questionários⁴ aos dirigentes das organizações cooperativas, bem como fontes entrevistas semiestruturadas. Tais questionários foram elaborados consoante os objetivos determinados na pesquisa. Os questionários foram encaminhados por e-mail à direção da ADRA que prontamente respondeu.

O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2002, p.121).

Desta feita, o questionário possuiu questões que permitem explorar informações escritas do entrevistado, de formas a obter o máximo de informações possíveis.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos adotados nesta pesquisa foram de natureza qualitativa, a partir dos dados obtidos. A pesquisa qualitativa procura compreender a situação do público alvo em si sobre vários métodos de caráter subjetivo e não objetivo como é o caso das pesquisas de caráter objetivo.

A pesquisa Qualitativa é uma “expressão genérica”. Deve-se verificar que ela possui atividades de investigação que se apresentam de forma específica e possuem características de traços comuns (LARA; MOLINA, 2017).

³Relatórios: Reflexões sobre o cooperativismo (2015); Cooperativismo Agropecuário e o Desenvolvimento Econômico – Social Em Angola (2016); Associativismo e Cooperativismo Agropecuário como Veículos da Economia Local e da Promoção a Cidadania (2016); Breve História do Cooperativismo (2012); Análise do Setor Agropecuario em Angola (2013); Cooperativas de Cacula (2018).

⁴ Ver Apêndice 1

Nesse sentido baseado na análise qualitativa procurou-se analisar o papel socioeconômico das cooperativas em cacula, partindo do modo de vida atual que os agricultores apresentam.

Como já mencionado acima, os materiais de suporte a pesquisa boa parte foram fornecidas pela ADRA, numa primeira fase, estes dados foram trabalhados a partir de constantes leituras e análises, para que se pudesse entender como a realidade das cooperativas é vista e tratada em Angola e qual o parecer das entidades de direito com relação à mesma, de formas a fazer uma discussão mais aberta sobre o tema e se entender a realidade destas organizações em Angola bem como o seu possível contributo para o desenvolvimento das localidades rurais bem como do setor agrícola como aposta a diversificação da economia Angolana.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 TERRITÓRIO DE ABRANGÊNCIA

A república de Angola é um país da África austral tendo como chefe de estado João Manuel Gonçalves Lourenço, com uma extensão territorial de 1.246 mil 700 km², limitado a norte pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela república da Namíbia e a oeste pelo oceano atlântico, e segundo o último censo realizado no país pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a sua população total é de 28 milhões de habitantes.

O país possui 18 províncias, nomeadamente a província de Luanda que é a capital, Uíge, Cabinda, Zaire, Cunene, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Benguela, Huambo, Huíla, Lunda Sul, Lunda Norte, Bié, Namibe, Moxico, Malange, Bengo e Cuando Cubango. Sua língua oficial é o português, mas possui várias línguas regionais denominados dialetos a saber, Umbundo, o Kimbundu, o Kikongo, o Tshócue, o Ganguela e o Cuanhama, possuindo também uma rica diversidade cultural.

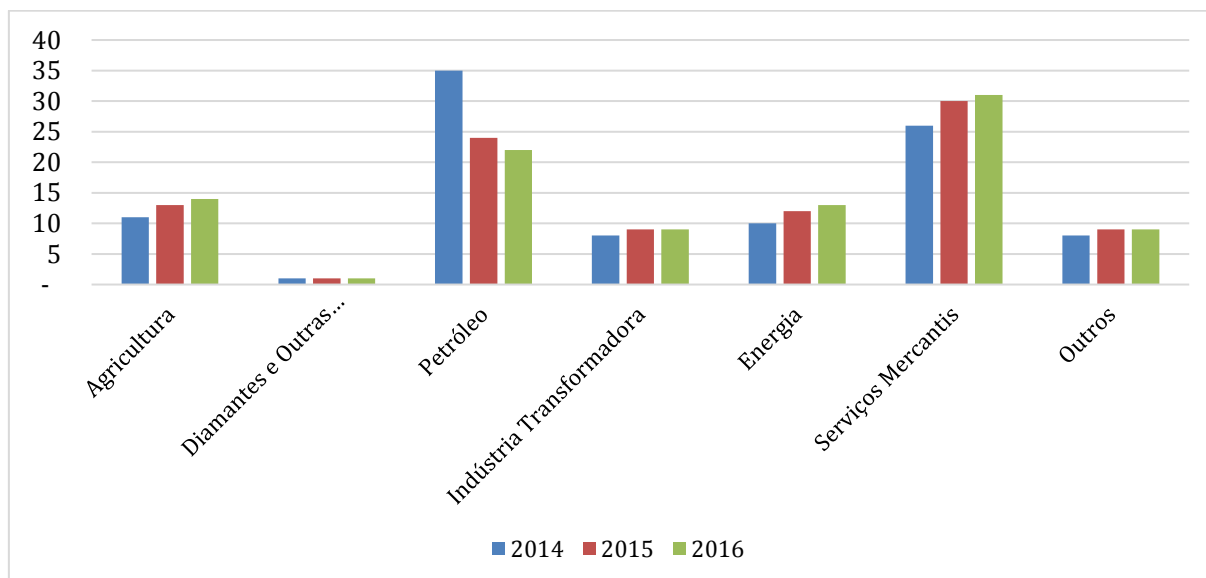
O País também foi uma colônia portuguesa, daí o fato de ter como língua oficial o português, sendo uma das últimas colônias portuguesas a conquistar sua independência, isso no ano de 1975.

Para além da colonização o país pós independência passou a viver um outro problema interno entre os partidos políticos culminado por uma intensa guerra civil que só veio a terminar em 2002. Esta guerra deixou marcas profundas na vida dos Angolanos que perderam seus parentes, e na própria estrutura do país em si, famílias, escolas, hospitais, pontes, estradas etc... Foram destruídas, desde então o país passou a enfrentar um outro processo que veio a ser, a reconstrução nacional dos danos deixados pela guerra civil.

O país é rico em recursos naturais e minerais, tais como, madeira, petróleo, diamantes, etc... sendo considerado em 2017 o maior produtor de petróleo da África passando assumir o lugar outrora ocupado pela Nigéria por muitos anos, e embora o país deter uma vasta diversidade em termos de recursos naturais e minerais, o país

detém uma certa dependência no petróleo, tendo nesta *commodity* como maior fonte de arrecadação de receitas do país.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto Angola



Fonte: Banco Nacional de Angola (2018)

Conforme ilustra o gráfico acima sobre publicações oficiais feita pelo banco nacional de Angola, o PIB de Angola é comumente liderado pelo setor petrolífero, sendo que, no ano de 2014, 35 % do PIB foi referente ao setor petrolífero, e dali em diante observou-se uma certa queda, de ressaltar ainda que nos anos pós 2014, início da crise observa-se um crescimento do PIB com relação aos outros setores como é o caso do setor de serviços mercantis que saiu de 26% do PIB em 2014 para 31% em 2016, ou seja, enquanto o setor petrolífero decrescia, outros setores cresciam.

É visível a dependência do país nesta *commodity*, sendo que os outros setores diante da mesma, tornam-se insignificantes.

O país possui várias riquezas naturais minerais, dali a necessidade de potencializá-las, através de investimentos pesados, de políticas públicas sobre estes setores até então ignorados para que os mesmos sejam os principais agentes da diversificação da economia Angolana, a verdade é que existem problemas emergentes que atendendo ao panorama de crise que vivencia o país precisam de soluções urgentes, como por exemplo a alta taxa de desemprego de 20% (INE, 2016), que culmina com uma desigualdade social bem acentuada.

O país vem, no entanto, buscando formas de sub sair a crise com o discurso mais frequente de diversificação da economia, buscando outras vias, capacitando outros setores para que se torne possível, a agricultura tem sido um dos elementos principais para que a diversificação se efetive para que se descentralize a economia do país sobre a alta dependência do setor petrolífero.

De ressaltar que a agricultura em Angola se caracteriza por produções agrícolas de valores muito baixos maioritariamente advindos da Agricultura familiar, e o país gasta elevados recursos financeiros na importação de alimentos.

Segundo o Ministério da Agricultura (2016) a agricultura familiar no país é responsável por quase 90% da produção agrícola de consumo interno, tal produção é feita por uma população de mais de 2 milhões de agricultores por todo país, sua produção passa pelo cultivo de cereais, milho, arroz, massambala, massango e soja, tubérculos, leguminosas e hortícolas etc..

É visível o contributo dos agricultores familiares na produção de alimentos para a população angolana, levando em conta que a Agricultura familiar é a forma predominante de agricultura no mundo, muitos deles com pequenas porções de terra que numa primeira fase para subsistência praticam o cultivo da terra e comercializam os excedentes, sendo que os mesmos passam imensas dificuldades no exercer de suas atividades.

Figura 1 - Ciclo vicioso da agricultura familiar em Angola

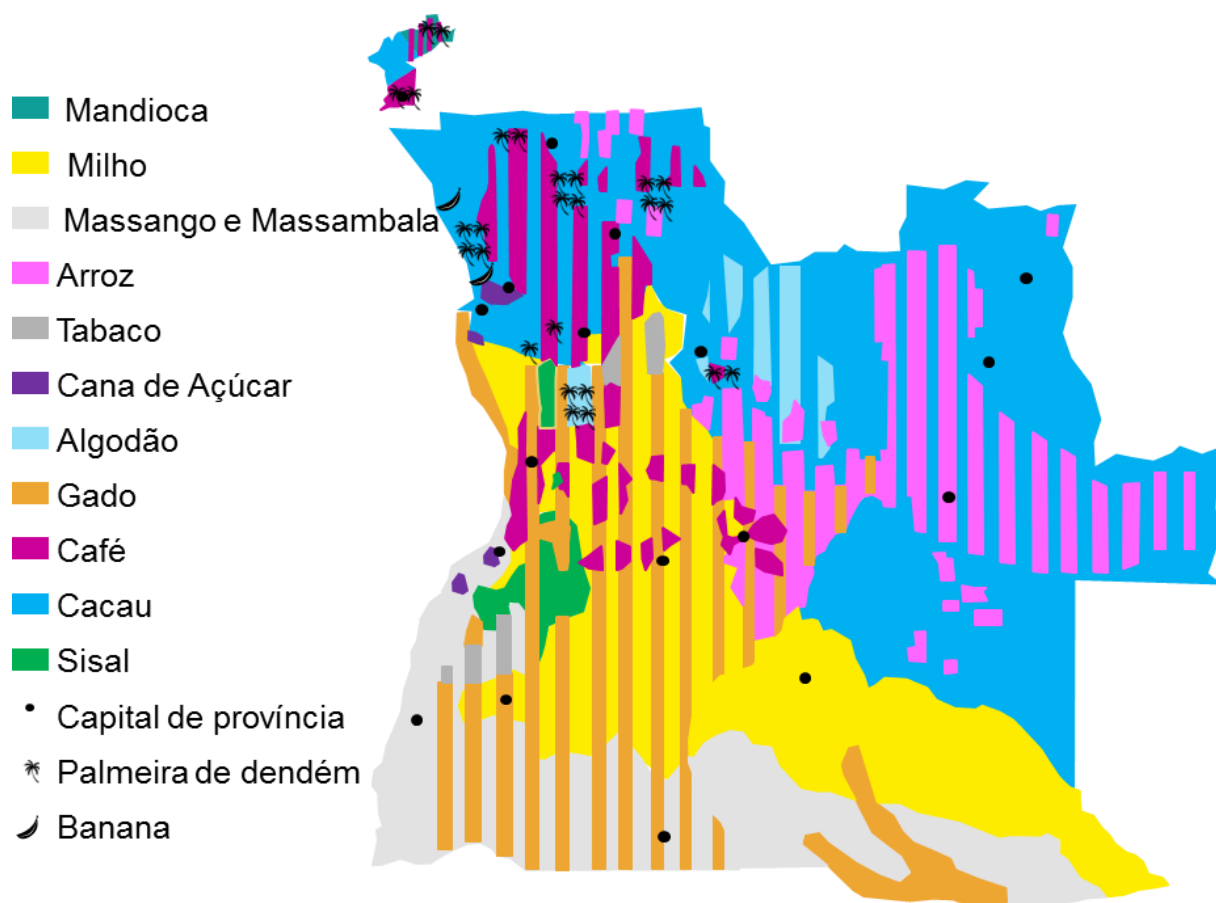


Fonte: Ministério da Economia (2014)

Segundo Ministério da Economia (2017) tais dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar no país, também podem ser respondidas pelas condições climáticas adversas quer seja solos despreparados que causam baixas produtividades aos agricultores que são pouco preparados para lidar com estas adversidades, inexistência de seguros agrícolas. A situação frágil dos produtores faz com que tenham de vender as produções imediatamente após as colheitas, quando o preço é mais baixo. Os preços reduzidos são sinónimos de retornos insuficientes para cobrir custos operacionais e investimento em ativos adequados. A ausência de colaterais garantias que aumenta a dificuldade de acesso ao crédito e, ausência de competências e organização influencia a capacidade de aquisição de insumos de qualidade.

A opção pela agricultura familiar como prioridade, permite que quase tudo seja controlado pela maioria, um pouco para cada um, promovendo-se, assim, a estabilidade e o desenvolvimento (ADRA 2016)

Figura 2 - Mapa das principais culturas potenciais em Angola

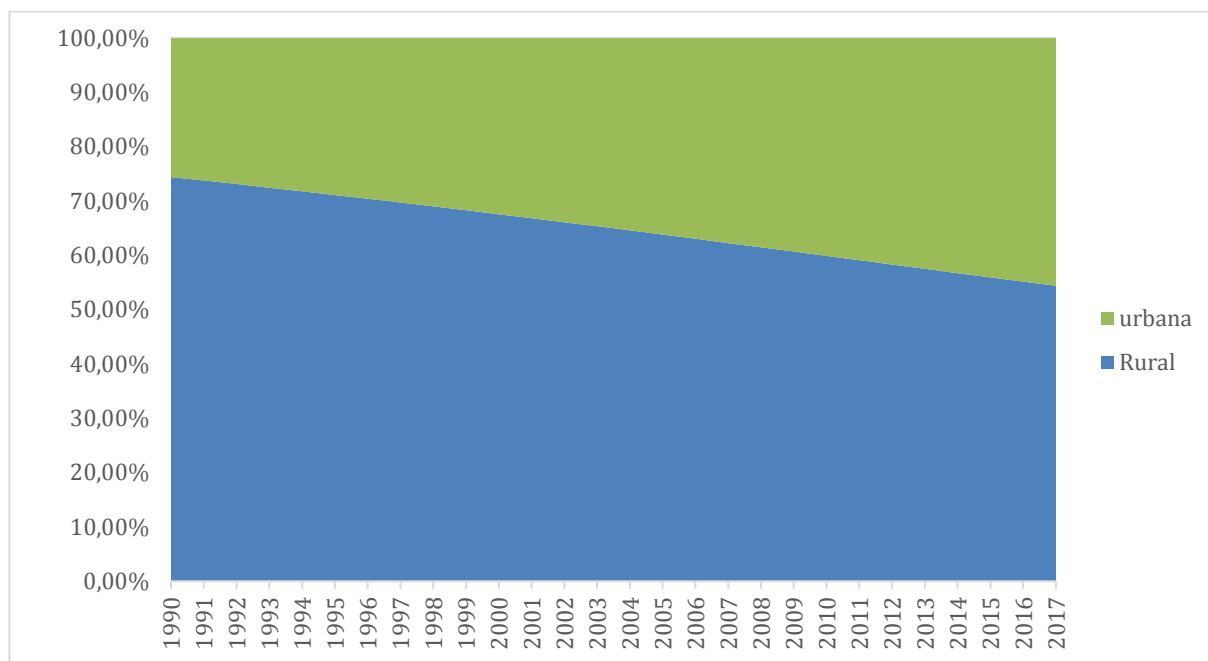


Fonte: FAO; Governo de Angola (2014)

O potencial para cultivo de diversas culturas citadas acima pelo país é muito elevado, cada região do país possui um potencial específico para prática de uma determinada cultura, a terra é fértil e propicia para o cultivo das mesmas, ou seja, Angola possui um grande potencial agrícola natural que lhe permite um grande crescimento da produção no futuro, se as políticas e investimentos a serem adotadas para alavancar este setor forem realmente eficientes.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da população Angolana no período de 1990 a 2017.

Gráfico 2 - Evolução População Rural em relação a população Urbana de Angola.



Fonte: FAO (2017)

O gráfico acima demonstra a população de Angola distribuída entre as zonas rural e urbana, as zonas rurais em Angola chegam a ser maior em relação à população urbana, sendo que em 2017 a população total do país 54% foi rural e 46% urbana, porém nos últimos anos o número tem diminuído. Ou seja, não obstante a população rural ser a maior, verificou-se nos últimos anos uma queda da população rural e um aumento da população urbana.

Tal fenômeno pode ser explicado pelo êxodo frequente nas zonas rurais, que na maior parte são jovens, que atendendo a precarização e falta de estruturas social e econômica oferecidas pelas zonas rurais, tem optado por imigrar para as regiões urbanas em busca de melhores condições de vida, trabalho, formação etc.

Este êxodo pode se configurar como uma ameaça ao desenvolvimento das localidades rurais, e o avanço das atividades agrícolas no campo, por um lado, por serem os jovens a serem os percussores deste êxodo, sendo os mesmos os detentores da força marginal do trabalho ficando assim os mais velhos no campo.

Hoje a maior parte da população angolana reside no meio rural, muitos por opção pela tranquilidade e contato direto com a natureza que o lugar em si oferece, então a necessidade de se pensar no rural, mobilizando melhores condições de vida sejam elas de trabalho, saúde e educação para estas pessoas, para que se evite o êxodo, principalmente agora que o meio rural e as atividades por ela exercidas estejam a ser tidas como opções palpáveis para a diversificação da economia via setor agrícola.

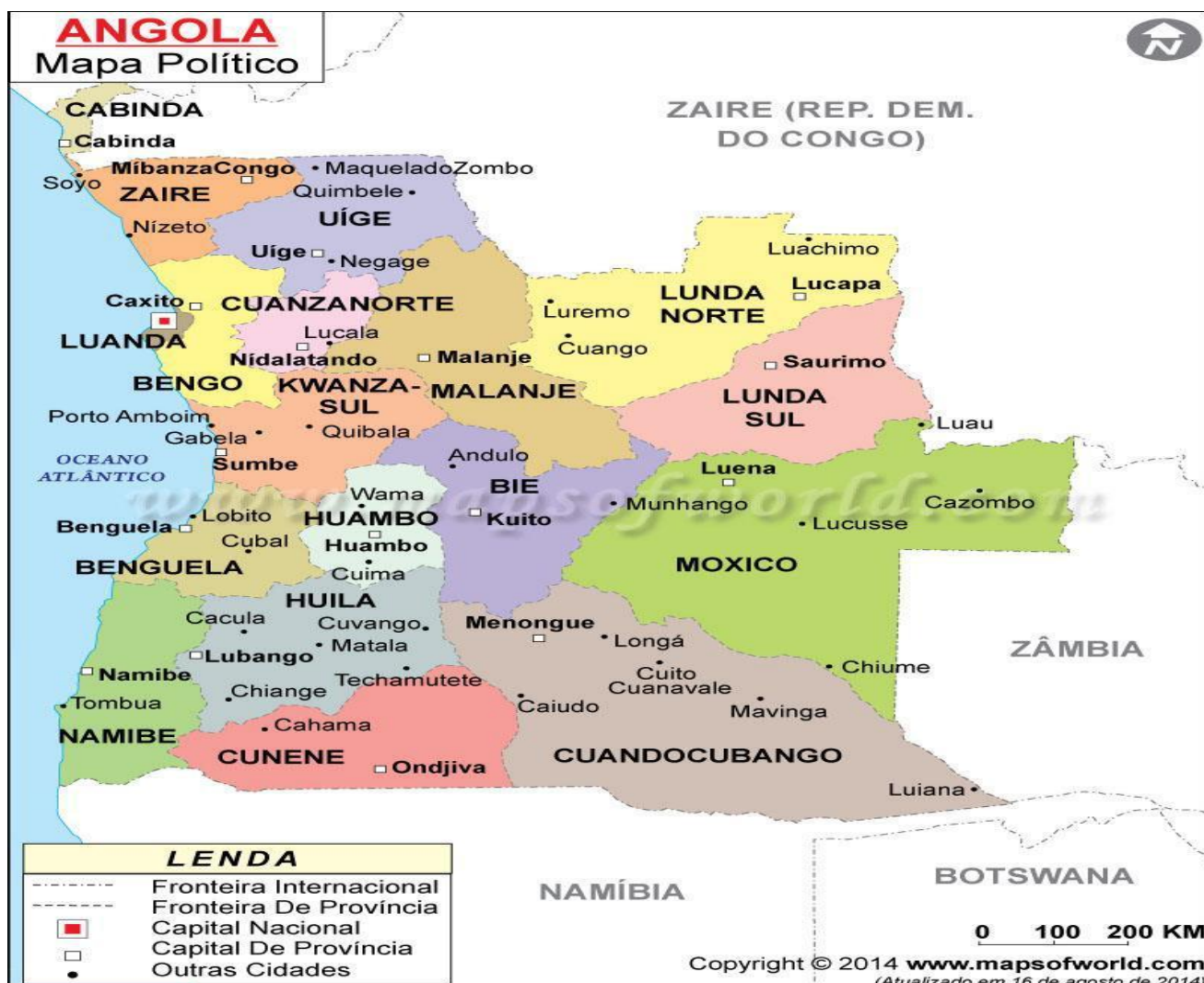
Segundo Ministério da agricultura (2013), Angola possui trinta e cinco milhões (35.000.000) de hectares de terra arável, dos quais trinta milhões de hectares ainda virgens, classificados como potencialmente aráveis, destinados ao desenvolvimento da agricultura. Atualmente, apenas, 3% da terra arável está cultivada. Hoje, a Agricultura em Angola caracteriza-se por produções agrícolas de valores muito baixos e o país gasta elevados recursos financeiros na importação de alimentos.

Essas quantidades de terra arável encontram-se ainda virgens, ao que demonstra mais ainda a potencialidade em termos de condições favoráveis de terra para o cultivo agrícola do país, a dificuldade de acesso a estas terras sobre altas burocracias faz com que até então estas porções de terras permaneçam intactas e sem uso.

De ressaltar que o a guerra civil no país também contribui para a não exploração destas terras, pelo facto de algumas áreas ainda não terem sido desminados.

4.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Figura 3 - Mapa político de Angola



Fonte: Maps Of Word (2014)

Localizada a sudoeste da República de Angola com uma área de 79.023 km², a província da Huíla que é considerada a mais populosa do país, depois da capital Luanda. Faz divisas com as Províncias de Benguela e Huambo a norte, a Província do Namibe a oeste, Bié e Cuandocubango a este e no extremo sul a Província do Cunene, beneficiando assim de uma posição estratégica potencializada pelas ligações aéreas, ferroviárias e rodoviárias aos principais núcleos urbanos, províncias envolventes e capital do País, Luanda.

Segundo os resultados do último censo em Angola, data de 2014, a província possui uma população residente estimada em 2.354.398 habitantes, maioritariamente rural (1.573.018 habitantes) e uma classe média constituída por profissões ligadas à saúde e educação, segundo o governo provincial da mesma, a Huíla deve continuar a centrar esforços no desenvolvimento de sectores económicos que nela beneficiam de condições primordiais, em particular o sector agropecuário com o conseqüente estímulo da agroindústria.

Atualmente a divisão administrativa da província da Huíla é composta por 14 municípios. A mesma encontra-se localizada na zona de climas alternadamente úmidos e secos das regiões intertropicais. O clima é em geral quente ou tropical, sendo mês de julho o mais frio e o mais quente outubro e novembro.

A província da Huíla é composta por 14 municípios e, a saber:

Tabela 1 - Municípios da Província da Huíla

Município	Superfície km²	Total de Habitantes	Densidade Populacional
Lubango	3.140	1.414.115	480
Humpata	1.261	100.819	80
Quilengues	4.464	123.005	28
Caconda	4.715	176.140	37
Matala	9.065	222.880	25
Caluquembe	3.075	239.036	78
Gambos	8.150	151.375	19
Kuvango	9.680	93.272	10
Jamba	11.110	126.79	11
Chicomba	4.203	110.291	26
Chipinbo	3.898	71.000	18
Chibia	5.180	206.506	40
Cacula	3.449	77.716	23
Quipungo	7.633	221.502	29
Total	79.023	3.334.456	42

Fonte: Governo provincial da Huíla (2018)

Etimologicamente a população da província da Huíla é diversificada, pois a mesma é constituída por 4 principais grupos etnolinguísticos são eles: Nyaneca-Nkhumbi, Ovimbundu, Ngangela e Herero.

Na Província da Huíla, integram o grupo etnolinguístico Nyaneca-Humbi os ovamwila da região mwila, os ovanyaneca da região nyaneka, os ovangambwe da região ngambwe, os ovahanda da região Handa, os ovahumbi da região Humbi, os ovatchipungu da região Tchipungu, os ovatchilenge da região Tchilengue e os ovankhumbi da região Nkhumbi. O seu território abrange os Municípios do Lubango, da Humpata, da Chibia, dos Gambos, do Quipungo, da Cacula, de Quilengues, da Matala e o Sul dos Municípios de Kalukembe e Chicomba, assim como o oeste do Município da Jamba.

A província da huíla possui uma grande diversidade em termos de produção agrícola que parte desde o algodão, banana, batata, batata doce, cana de açúcar, citrinos, milho, feijão, feijão cutelinho, soja, tabaco, trigo, gergelim, girassol, goiabeira, mamoeiro, mangueira, maracujá, massambala, massango, Plantas Aromáticas, Produtos Hortícolas, Rícino, Sisal, Soja, Eucalipto, Pinheiro.

Figura 4 - Província da Huíla



Fonte: Google (2017)

Segundo a Administração municipal de Cacula (2017), Cacula é um dos municípios mais novos da província da Huíla e do país, foi desde então uma parcela

pertencente ao Município do Lubango, com a categoria de Comuna. E foi nos finais de 1989 e início de 1990, face as circunstâncias de natureza político-militar e conseqüentemente dos aspectos demográficos e econômicos, os quais exigiam uma atenção especial, a ex assembleia Popular Provincial da Huíla, propôs a ex assembleia do Povo e subseqüentemente aos correspondentes órgãos do Governo, que Cacula ascendesse a categoria de Município, como forma de ter a Administração do Estado mais próxima das populações e desta forma ser mais célere todo processo de resolução das suas mais prementes preocupações. Dada a complexidade que encerra a alteração da divisão político-administrativa, somente aos 16 de agosto de 2011 terminou a aprovação do referido estatuto jurídico-legal, justificando assim a ausência do mesmo no mapa acima referente a província da Huíla.

Por conseguinte, Cacula é uma das mais recentes localidades da Província da Huíla elevada a esta categoria, por força da Lei nº 32/11 de 05 de outubro.

Cacula é uma vila e município localizado ao norte da província da Huila, tem uma superfície de 3.449,75 km² sendo limitada a Norte pelo município de Quilengues, a este pelos municípios de Caluquembe e Quipungo, a Sul pelo município de Chibia, e a Oeste pelo município do Lubango, e compreende quatro (4) Comunas, designadamente:

Tabela 2 - Comunas de Cacula

Comuna	Superfície em km²
Cacula	719,75 km ²
Viti-vivali	747,50 km ²
Chicuaqueia	885,00 km ²
Chituto	1.097,50 km ² .

Fonte: Administração municipal de Cacula (2017)

Cacula possui um clima mesotérmico, sendo que existem duas estações, chuvosa, com duração aproximada de seis meses e que vai desde meados de outubro até início de abril e outra, seca, correspondente aos restantes meses do ano. A média das precipitações é de aproximadamente 1.200 mm anuais, registando-se os máximos em Novembro e Março.

Segundo a Administração municipal de Cacula (2017), do ponto de vista institucional e por se tratar de uma unidade administrativa recente, Cacula ainda não possui infraestruturas condizentes com o seu novo estatuto.

Somente a partir de 2012, foi construído o novo edifício da Administração Municipal, faltando um esforço similar ao nível das quatro (4) Comunas, que de momento continuam a funcionar em condições precárias. Ainda no quadro da capacidade institucional, de referir a gritante insuficiência de meios de transporte, havendo por esta razão limitações de mobilidade na maior parte das áreas de trabalho da Administração Municipal.

O município possui terras aráveis, e uma floresta brava entendida como meio de exploração de madeira, lenha carvão vegetal e recollecção de frutos silvestres, que constituem como os principais recursos naturais de Cacula, a par de um clima agradável e favorável ao desenvolvimento da maior parte das culturas que fazem parte dos hábitos e costumes do Município como é o caso da agricultura, sendo que outras potencialidades a nível de recursos tanto naturais como mineiras ainda estão em estudos.

Segundo a Administração municipal de Cacula (2017), e de acordo com os dados do censo da população e habitação de Angola realizado no ano de 2014, o Município de Cacula tem 136.977 habitantes, sendo 34.439 na Comuna de Cacula, 30.408 na Comuna de Viti-vivali, 33.266 na Comuna de Chicuaqueia e 38.874 na Comuna de Chituto, Cacula revela ainda o perfil de uma população jovem sendo constituída maioritariamente por pessoas menores de 40 anos de idade, tal fator demonstra uma alta dependência atual sobre a população economicamente ativa (15 a 59 anos) mas, um aumento de mão-de-obra no curto prazo.

Segundo a Administração Municipal de Cacula (2016), a mesma possui oito (8) Unidades Sanitárias, implantadas na óptica de cobrirem as necessidades de todo Município, muito embora na atualidade tenham sido identificadas outras necessidades, sobretudo em relação à diminuição da distância percorrida na procura de assistência, a mortalidade ao nível das unidades sanitárias do Município é quase nula, uma vez que os casos achados complicados são geralmente transferidos para os hospitais de referência na Sede Provincial, sendo que, a maior causa de morte são os traumatismos resultantes de acidentes de viação, secundados por casos de malária

e má nutrição, sendo as principais vítimas as crianças e os velhos da 3ª idade, embora nos casos dos acidentes, a franja mais afetada seja a dos jovens, Há igualmente registo de mortes maternas, resultantes, sobretudo, de partos domiciliários não acompanhados por profissionais de saúde, recorrendo tardiamente aos serviços oficiais, sendo as maiores complicações ligadas à hemorragias e placentas retidas.

Com relação a Educação no município o ensino atende apenas 2 ciclos nomeadamente o primeiro ciclo e o ciclo secundário. Segundo a Administração municipal de Cacula (2016) para o ensino primário o município conta com sessenta e cinco (65) salas de aulas de construção definitiva, duzentas e vinte e oito (228) salas de aulas de construção provisória e setenta e quatro (74) salas de aulas ao ar livre, 24.665 matriculados apenas 22% do total de alunos têm razoáveis condições de ensino e aprendizagem.

E embora não havendo ainda dados numéricos, há crianças fora do sistema de ensino, bem como outras que desistem das aulas principalmente no ensino primário, o que resulta do facto de na maior parte dos casos ainda ser muito elevada a distância entre a escola e o local de residência, haver alguma falta de atenção no seio do agregado familiar, nomeadamente com a distribuição de obrigações domésticas e a falta de merenda na escola. Para o Ensino Secundário existe somente uma escola com doze (12) salas na Sede Municipal adstrita ao 1º Ciclo, embora sirva simultaneamente ao 2º Ciclo durante o período noturno.

O problema do acesso à energia elétrica é dos mais desafiantes no Município de Cacula. Apesar do aumento da capacidade de produção registada nos últimos 4 anos, resultante da aquisição de novos geradores através do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, apenas a Sede Municipal continua a ser contemplada, num horário que vai das 18 às 22H00, com um total de 282 consumidores. A insuficiência de recursos financeiros para cobrir os custos com a manutenção e aquisição de combustível continua a ser das maiores dificuldades, o que levou a terceirização deste serviço e a elevação da tarifa mensal de consumo de dois mil (2.000,00) para cinco mil (5.000,00) Kwanzas por cada habitação unifamiliar (Administração Municipal de Cacula 2016).

Outra dificuldade assenta-se no acesso a água potável pela população de Cacula, sendo poucas as localidades com acesso a água potável. Segundo a

Administração Municipal de Cacula (2016), O sistema descrito não cobre mais de 25% da população do Município, pelo que a esmagadora maioria é obrigada a recorrer a rios e poços artesanais para obter água para consumo doméstico. A situação é particularmente crítica no período entre agosto e outubro quando grande das fontes alternativas escasseiam.

Por se tratar de um Município novo, com características meramente rurais, apesar de algum avanço que vai conhecendo ao nível da sua Sede, Cacula é um Município com reduzida empregabilidade, a mesma possui pouco desenvolvimento no sector secundário e terciário pelas razões já descritas anteriormente.

Como já descrito ainda, Cacula é uma região rural, facto este que faz com que maior parte da população de Cacula opte pelo trabalho no campo, nomeadamente a agricultura familiar tendo a mesma como meio de sustento e sobrevivência.

Infelizmente os rendimentos no setor agrícola não tem sido substanciais, não muito por razões ligadas a disponibilidade de fatores de produção e acesso intra-municipal que também se configura como um problema para estes agricultores , mas sobretudo por existir uma certa deficiência com o mercado consumidor , ou seja existe uma certa dificuldade para estes agricultores que trabalham individualmente fazer o escoamento dos seus produtos , dali o problema dos rendimentos advindos dos trabalhos destes agricultores serem tão substanciais.

Segundo a ADRA (2017), a agricultura familiar e criação de gado, constituem as principais fontes de rendimento familiar no município, O milho, feijão, massango, massambala, hortícolas e cucurbitáceas, são as principais culturas praticadas, enquanto no domínio pecuário o realce recai a avicultura, bovinocultura, caprinocultura e suinocultura. De forma subsidiária, vem emergindo uma pequena indústria, sobretudo ligada ao processamento primário de cereais, sendo ainda de assinalar, pequenas unidades de comércio a retalho.

A maior contribuição na economia local assenta então no sector agrário, ocupando lugares cimeiros o milho e o feijão, muito embora seja difícil de precisar os volumes escoados para outras localidades, províncias Lubango na própria Huila e na província de Benguela, mas, ao longo dos anos tem-se desenvolvido iniciativa de criação de animais de pequeno porte tais como: cabritos, porcos, galinhas e patos, por formas a garantir o aumento da renda das famílias.

Nas comunas do município de Cacula ocorre a pluriatividade, funcionamento comunitário em que a comunidade se dedica ao trabalho agrícola durante a época chuvosa e na época seca faz outros tipos de trabalho (serviço de moto táxi, construção de casas, pequenos negócios e outros).

Segundo a Administração Municipal de Cacula (2016), as finanças públicas do Município resumem-se quase que exclusivamente às dotações recebidas do Orçamento Geral do Estado. Na realidade, Cacula passa a existir no orçamento como unidade orçamental no exercício económico de 2012.

4.3 COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM ANGOLA

Como já definido, as cooperativas agrícolas podem ser entendidas como, uma ação de iniciativa coletiva orientada para oportunidades de mercado, tendo como público alvo pequenos e médios agricultores. O processo de inserção do cooperativismo agrícola em Angola tem suas gêneses pós independência data de (1976), pode-se se dizer, que o processo de propagação do cooperativismo agrícola não foi algo que se deu em um único período, ela possui uma certa periodização, até culminar com as primeiras iniciativas de cooperativismo agrícola fomentadas numa primeira fase pelo seminário nacional de cooperação agrícola.

Segundo a ADRA (2014) no ano de 1976 acontece a publicação oficial do modelo de cooperativas agrícolas em Angola, neste período movido por experiências externas foi publicado o modelo de cooperativas agrícolas em Angola.

Em 1978 no primeiro seminário nacional de cooperação agrícola, foi orientada a criação massiva de associações, e também a constituição de cooperativas de primeiro e segundo grau, mais tarde em 1985 é criada a CNA (Comissão Nacional de apoio a cooperatização), com a finalidade de orientar e dirigir todo movimento no campo e criar condições para a criação da UNACA que viria a ser então a (confederação das associações de camponeses e cooperativas agropecuárias de Angola). Em 1983 acontece o terceiro seminário nacional de cooperação agrícola que viria a ser o último antes da criação da UNACA, onde visou principalmente , atualizar princípios métodos e formas práticas de implementação do movimento cooperativo no contexto das condições objetivas no campo (ADRA, 2012).

Em 1990 é criada a UNACA designada como, confederação das associações de camponeses e cooperativas agropecuárias de Angola.

Após o período de guerra civil em Angola data de 2002 com o retorno a paz, começam a surgir algumas ONG's (Organizações não governamentais) a referir a própria ADRA (Ação para o Desenvolvimento rural e Ambiente de Angola) e outras, que passaram a desenvolver projetos e iniciativas de grande importância de dinamização do desenvolvimento rural e apoio ao cooperativismo agrícola.

Hoje o país possui mais de 20.000 cooperativas do setor agrícola segundo a UNACA, número este que não consegue-se estimar com exatidão devido a algumas dificuldades enfrentadas pelo movimento no país, que dentro de suas localidades tem servido como grande impulsionadoras do desenvolvimento e crescimento do meio rural bem como suas atividades, e conseqüentemente impactado de forma significativa todas as pessoas que participam direta ou indiretamente deste movimento e não só, porque as zonas urbanas acabam por ser também afetadas pelo trabalho que estas cooperativas exercem nas distintas regiões de Angola, pela produção que é revertida para elas na maior parte das vezes.

Segundo o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP), o país hoje tem mais de 20.000 cooperativas Agrícolas legalizadas e não legalizadas distribuídas pelas 18 províncias, sendo que as províncias que constituíram mais cooperativas até ao momento são: Uíge com (426) cooperativas, Lunda Norte com (224) cooperativas, Cuanza sul com (183) cooperativas, Zaire com (162) cooperativas huambo com (143) , Benguela com (136) e Cuando Cubango com (121) . O cooperativismo em Angola existe há muitos anos, tendo as cooperativas agrícolas atingido grande dimensão, pelo facto de os agricultores terem compreendido que com a união de esforços é possível conseguir situações vantajosas para todos.

Tabela 3 - Cooperativas agrícolas legalizadas em Angola

Províncias	Quantidade
Bengo	0
Benguela	46
Bie	29
Cabinda	16
Cunene	3
Huambo	144
Huila	23
Kuando Cubango	0
Kwanza Norte	1
Kwanza Sul	12
Luanda	19
Lunda Norte	15
Lunda Sul	2
Malange	1
Moxico	2
Namibe	8
Uige	8
Zaire	6
TOTAL	335

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Agrário (2016).

O País possui um número considerável de cooperativas agrícolas, mas, ainda não se consegue estimar com precisão o número exato de cooperativas existentes, ao que se configura também como um problema, mas apenas 335 delas estão legalizadas, pois uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo movimento no país prende-se também na formalização.

Segundo a Adra (2015), a legalização das cooperativas junto aos serviços do cartório notarial, sempre constitui uma grande dificuldade por parte das cooperativas agrícolas devido ao desconhecimento dos passos necessários para o processo, pelas burocracias existentes dos serviços afins, pela falta de identificação pessoal por maior parte dos membros das cooperativas que fazem parte da liderança das mesmas entre outros fatores.

Em 31 de agosto de 2015 foi então aprovada e consagrada pela constituição da república de Angola a lei n° 23/ 15 das cooperativas e sua livre iniciativa, bem como no seu artigo 92° a garantia da coexistência dos sectores público privado e cooperativo.

Segundo a lei das cooperativas nº23/15 os preceitos constitucionais são um mandato para que o Estado crie um quadro legal e implemente políticas de fomento ao cooperativismo assente na iniciativa privada, relatando a experiência internacional, como exemplos de que o cooperativismo pode ser uma forma de organização empresarial com vasta relevância econômica e social, capaz de gerar emprego, aumentar a produção de bens e serviços, contribuir para a segurança alimentar, ainda promovendo a inclusão social e a integração regional e a redução da pobreza em larga escala.

Desta forma, se pretende contribuir para a criação de um sector sustentável e rentável, capaz de satisfazer as necessidades económicas e sociais de seus membros e da economia em geral, traduzindo as melhores práticas internacionais, ajustadas ao ordenamento jurídico nacional e está firmemente enraizada nos princípios cooperativos da aliança Cooperativa internacional, considerado indispensáveis para construir empresas viáveis, com as quais os membros se identifiquem, como extensão dos seus valores e como um meio de garantir o seu sustento e prosperidade individual.

Segundo a lei, trata-se de um quadro legal flexível que sem deixar de estabelecer princípios muito claros devem pautar a na atuação das cooperativas, promovendo a sua auto regulação. O objetivo da afirmação das cooperativas como realidades empresariais modernas, capazes de competir com outras formas de organização empresarial do sector privado está no amago do novo quadro legal. Este desiderato ditou a adopção de um regime económico e de organização flexível.

Neste sentido, a presente Lei garante o reconhecimento da importância do cooperativismo para a criação de riqueza e de emprego, bem como para uma maior coesão social e o reforço do apoio do estado ao sector através de políticas e de redes de apoio numa lógica de proximidade ao financiamento, a formação e a ligação ao mercado das cooperativa, fazendo referência a necessidade de se criar uma estrutura que ligue o Estado as cooperativas, com a incumbência específica de implementar a estratégia e as políticas nacionais de fomento ao cooperativismo .

Desta feita iremos aqui mencionar alguns artigos pertencentes a presente lei que de forma geral traduzem a intenção da mesma, e de certa forma a semelhança quando se fala de legislação do cooperativismo em outros países. O Artigo nº2 da lei

nº 23/ 15 "Compete ao titular do poder executivo regulamentar os ramos de atividade das cooperativas".

O mesmo artigo da 23/15 atribui a responsabilidade do poder ou governo no executivo de regulamentar as atividades cooperativas, trazendo mais uma vez a necessidade de ter no Estado apoiador do cooperativismo, para alavancar as suas atividades, na promoção de políticas eficientes que no médio prazo possibilitem aos associados pertencentes a estas cooperativas um acesso maior as estruturais e condições que tornam hoje estas cooperativas frágeis e vulneráveis.

Ainda no preambulo da presente lei no seu artigo nº 5 faz referência alguns princípios que integram a identidade cooperativa adotada pela aliança cooperativa internacional a citar:

- ❖ Princípio da adesão voluntaria e livre permanência dos seus membros;
- ❖ Princípio da gestão e administração democrática controlada exclusivamente pelos seus membros;
- ❖ Princípio da participação econômica dos membros;
- ❖ Princípio da autonomia e independência;
- ❖ Princípio da educação, formação e informação;
- ❖ Princípio da solidariedade e da Inter cooperação;
- ❖ Princípio da preocupação e interesse pela comunidade;

O cooperativismo por si só possui características que evidenciam o bem-estar não individuais, mas coletivas, levando a cabo um pensamento mais geral sobre todos que a compõem.

Artigo nº7 princípio da gestão e administração democrática exclusiva.

- ❖ As cooperativas são organizações democráticas cuja gestão administração é controlada exclusivamente pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões;
- ❖ A Direção das cooperativas, para a prossecução das suas atribuições, pode contratar gestores e técnicos que não sejam membros, delegando-lhes os poderes necessários;

- ❖ Os membros eleitos para órgãos sociais das cooperativas são responsáveis pelos resultados da gestão do período em que exerceram funções perante os membros que os elegeram;
- ❖ Nas cooperativas de primeiro grau, os membros estão em igualdade de direitos e obrigações, segundo o critério um membro um voto;
- ❖ As cooperativas de segundo grau devem estar organizadas de forma democrática;

Artigo nº8 princípio da participação econômica dos membros.

- ❖ Os membros contribuem equitativamente para o capital social das respectivas cooperativas e controlam-no democraticamente;
- ❖ É permitido aos membros acordarem a remuneração da sua participação;
- ❖ Aos membros destinam os excedentes para a constituição de uma reserva financeira para o desenvolvimento do objeto das suas cooperativas, bem como para o seu benefício na proporção das respectivas transações com a cooperativa e para apoio a outras atividades aprovadas em assembleia Geral;

As cooperativas são organizações autónomas de entre ajuda, controladas exclusivamente pelos seus membros, cuja interação, acordos e cooperação com outras organizações privadas, governamentais, internacionais ou de outra natureza ou recurso a capital externo, devem ser feitos de modo a que fiquem assegurados o controlo democrático pelos Seus membros e a manutenção da sua autonomia como cooperativas, lei nº 23/ 15 artigos nº 9.

Artigo nº 16 Ramos do cooperativismo:

- ❖ Agrário (Agrícola, pecuário, florestal, afins); artesanato; comercialização; consumo; construção; crédito; cultura; ensino educação básica; média profissional e superior; habitação; mineração artesanal e semi-industrial; pescas; derivados e afins; saúde; seguro; solidariedade social; transportes; ambiente; outros previstos em lei especial.

A lei nº 23/ 15 do cooperativismo compreende admitidos os setores acima citados.

Foram aqui apresentados alguns artigos constituintes da lei do cooperativismo em Angola que não difere muito da legislação de outros países, a questão é se a legislação do cooperativismo no país tem servido como amparo as iniciativas de cooperativismo agrícola no país.

4.4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA EM ANGOLA

Segundo a ADRA (2017) o futuro do cooperativismo agrícola no país depende muito do modelo ou da estrutura agrária que se vai adotar, as políticas agrárias que forem adotadas devem ser bem definidas para que isso se torne possível, ou seja, existem inúmeros fatores tanto internos como externos que acabam por afetar o bom desenvolvimento deste setor no país nomeadamente:

Quadro 1 - Dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo agrícola em Angola

Alta burocracia e custos elevados para a legalização das associações e cooperativas;	Constrangimentos no acesso, posse e uso de terra para a atividade agropecuária;
Débil funcionamento e gestão das cooperativas (problemas de produção, escoamento e comercialização);	Fraco aproveitamento dos médicos veterinários pelas estruturas competentes do Estado;
Dificuldade no acesso e reembolso do crédito agrícola de campanha devido a morosidade na análise dos dossiês submetidos aos bancos, comerciais, deficiente articulação entre as estruturas de crédito e as outras instituições que integram os comités de pilotagem e grupos técnicos de acompanhamento;	Fraca divulgação do ofício administrativo sobre a isenção do pagamento de emolumento pelos Agricultores interessados em organizar-se em cooperativas;
Fraca sistematização e partilha de experiências entre os diferentes atores e avaliação do impacto das ações;	Fraca capacidade dos técnicos vocacionados no apoio à dinamização do associativismo e cooperativismo;
Inexistência de uma única base de dados sobre o número e o atual estágio de desenvolvimento das cooperativas de Angola;	Alguma insensibilidade das Administrações locais do Estado na assunção e resolução dos problemas de organização comunitária;
Pouca clarificação sobre os conceitos de cooperativa;	Fraco nível de capacitação dos quadros envolvidos na promoção da organização Comunitária
Fraco nível organizacional e de funcionamento das cooperativas	Falta de capacitação dos cooperadores em matéria de organização e gestão cooperativa
Os procedimentos e os custos para registo de Cooperativas não são uniformes ao nível das Províncias	Fraca sensibilidade das administrações municipais e comunais no processo de assistência e organização das comunidades
Fraca divulgação dos procedimentos sobre a gestão das cooperativas	Disparidade de indicadores sobre o número de cooperativas existentes

Fonte: ADRA (2017)

Bem, os problemas já estão identificados, estes e outros fatores citados acima configuram-se como um problema para o avanço do setor cooperativista no país e conseqüentemente o enfraquecimento do setor Agrícola que muitas vezes é sustentado por estas cooperativas por todo país.

A lei das cooperativas já é uma realidade ao que podemos considerar um avanço, mas não é suficiente, e não obstante a promulgação da lei das cooperativas precisa-se de muito mais, primeiramente levar a sério a própria lei que surge na tentativa de servir como amparo a estas cooperativas, mas não se deve prender somente nela, deve-se avançar mais ainda, fomentando políticas públicas e não só, de forma a facilitar o bom funcionamento destas organizações.

O cooperativismo em si, não tem como o atingir patamares maiores devido as limitações que o setor por si só possui, dali a importância de cada vez mais o estado abraçar as causas do cooperativismo agrícola, que tem dado avanços e melhoria de condições de vida para seus associados bastante significativas, que só não avança mais atendendo as dificuldades já citadas, principalmente em um momento de recessão que o país vivencia, e pensa-se apostar mais na agricultura como sendo uma das alternativas a diversificação da economia, o estado serviria como apoiador ,de um lado as cooperativas com o papel da produção , facilitando o acesso ao meios que individualmente os agricultores não teriam acesso, e do outro lado o estado viabilizando políticas, programas para que isso se torne realmente possível e que cada vez mais famílias fossem alcançados.

As políticas públicas podem ser definidas como conjunto de ações ou programas de iniciativas estatais para atender a um determinado segmento da sociedade , neste sentido, o sector agrícola no país , que inclui também silvicultura, pesca e pecuária, é a principal fonte de renda e emprego nas áreas rurais, onde a maior parte da população Angolana reside, ao gerar empregos no campo, as cooperativas desempenham um papel importante no apoio aos pequenos produtores, para além das mesmas oferecem oportunidades de mercado ao pequeno produtor, Formação na gestão de recursos naturais, acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária.

Neste sentido torna-se ainda mais necessário a criação de políticas públicas e programas que ofereçam um certo amparo a estas cooperativas que de alguma forma tem contribuído para o crescimento tanto econômico como social das comunidades onde atuam.

O país tem trazido a existência de alguns programas de ordem governamental e não só de incentivo e apoio ao cooperativismo agrícola, a exemplo disso é o

programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza (PMIDRCP), que tem objetivo principal, a criação e implantação de estruturas de apoio à agricultura familiar e à produção para o autoconsumo.

Segundo o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza (PMIDRCP), as ações das cooperativas agrícolas são um importante mecanismo de garantia da segurança alimentar e redução da pobreza.

Elas beneficiam diretamente o pequeno agricultor ao aumentar o seu poder de negociação e a sua capacidade de partilhar recursos, neste sentido o programa criado em 2010 desenvolveu as seguintes ações: Foram desmatadas, preparadas e entregues aos agricultores familiares aproximadamente 636.290 hectares de terras para diversas culturas; Foram construídos 169 mercados rurais, com principal destaque para as provinciais de Malanje com 26, Huíla com 193 Uíge com 15; Ainda foram construídas 22 padarias e 30 fornos comunitários; Foram instaladas 212 moinhos; Foram instalados 26 pequenos sistemas de regadios para a produção de hortícolas, com destaque para 10 na Huíla e 4 no Bié e 3 em Malanje. O PMIDRCP, acompanha 284.053 cooperativados, sendo 137.712 mulheres e 146.341 homens.

Outro Programa fomentado pelo governo é o PAPAGRO (Programa de Aquisição de Produtos Agrícolas), foi lançado em novembro de 2013, tendo até ao momento abrangido 70.100 famílias Agricultores, distribuídas por 456 cooperativas agropecuárias, com principal destaque para a Província do Bié com 347, seguindo-se Huambo com 160, o Uíge com 61 e Luanda com 20 cooperativas.

Segundo o Ministério do Comércio (2013) o programa teve como objetivo assegurar canais de escoamento regulares para os produtores de pequena dimensão, promovendo a passagem de uma produção de subsistência para uma produção de mercado, gerando rendas adicionais para os mesmos; contribuir para o abastecimento dos centros de consumo com bens essenciais a preços mais atrativos, contribuindo para a diversificação da Economia e consequentemente para a substituição das importações.

Segundo a Comissão Nacional de Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos programas Municipais integrados de desenvolvimento Rural (2017), o Governo primou pela descentralização do PAPAGRO, focalizando-se no componente empreendedorismo, tendo em vista a inserção de micro e pequenos empresários,

denominados “agentes logísticos rurais”, abreviadamente (ALR). Nesta senda, atuam no programa 44 ALR distribuídos por todas as províncias do país, com acesso ao microcrédito, no valor de 500 a 1.500 milhões de Kwanzas, com juros de 3%. Neste contexto, foram entregues as cooperativas 164.637 inputs agrícolas, que tornou possível o aumento da produção e ainda fertilizantes para a preparação das terras, permitindo a melhoria da fertilidade dos solos e consequentemente a melhoria da produtividade e 22.331 camionetas e tratores. O programa não possui um carácter universal em termos de cobertura territorial e de produtos, atendendo às limitações existentes.

Faz-se necessário ainda realçar a existência de um programa denominado Projeto Kumoci implementado pela Adra que já vai a sua segunda edição, com objetivo de atuar no fortalecimento das capacidades das Associações e Cooperativas no município da Cacula, onde as cooperativas em análise foram atingidas, o mesmo, teve início dia 03 de janeiro de 2011.

Segundo a Adra (2017) a lógica do projeto foi e continua a ser a de fortalecer os grupos de agricultores em áreas vulneráveis (interior da província da Huíla, corredor do milho), além de apoiar metodologicamente a administração municipal e autoridades comunais, isto teve no seu cerne o objetivo de aumentar o diálogo entre agricultores vulneráveis e governo, no sentido de identificar e promover boas práticas de promoção ao desenvolvimento e governação local. A melhor e maior participação das organizações camponesas no diálogo com as administrações provincial, municipal e comunais, bem como, possibilitar melhorias no acesso aos serviços sociais de base, nomeadamente alfabetização e apoio técnico produtivo.

O projeto contribui também na legalização das organizações, para possibilitar a oportunidade de aprender ler e escrever das cooperativas em estudo e não só.

4.5 COOPERATIVAS EM ESTUDO DE CACULA

Para se poder trazer mais perto a realidade do cooperativismo agrícola no país, se traz, o estudo de caso de 4 cooperativas do município de cacula província da Huíla.

Tabela 4 - Características das Cooperativas em análise (cacula)

Nº	Nome da COOPERATIVA	Nº de membros/sexo			ESTADO LEGAL	ANO DE LEGALIZAÇÃO
		H	M	Total		
1	Cooperativa Mawuengue	29	8	37	Em via de legalização	-
2	Cooperativa Vihamba	12	9	21	Em via de Legalização	-
3	Cooperativa Nangolo	102	19	121	Legal	2006
4	Cooperativa Kavinga (Katumbela)	68	36	104	Legal	2006
	Total	211	72	283	-	-

Fonte: ADRA (2018)

As 4 cooperativas em análise do município de cacula província da Huíla, não possuem características muito distintas entre si, sendo a maior entre elas a cooperativa de Nangolo com 121 associados, seguido da cooperativa de Kavinga com 104, e a menor de todas a cooperativa de Vihamba com 21 membros apenas.

Suas principais atividades baseiam-se principalmente na produção agrícola, prestação de serviços, assistência técnica e na ação social, sendo destacadas na atividade agrícola a produção de culturas de sequeiro tais como: milho, feijão, soja, mandioca, batata-doce, ginguba (Amendoim) e outros, e devido à escassez de água que se verifica na região pratica-se a horticultura em pequena escala.

Quadro 2 - Produção agrícola, prestação de serviços, assistência técnica e ação social das Cooperativas em análise

Cooperativa	Produção agrícola	Prestação de serviços	Assistência técnica	Ação social
Mawuwngue	Agricultura de sequeiro (feijão e abobora). Agricultura de regadio (horticultura).	Transformação de produtos agrícolas e comercialização.	Através da ECAs ⁵	Facilitação no acesso à documentação de identificação
Cooperativa Vihamba	Agricultura de sequeiro (milho, feijão e abobora)	Transformação de produtos e apoio à comercialização	Tratamentos fitossanitários, vacinação do gado	
Cooperativa Nangolo	Agricultura de sequeiro (milho feijão e abobora)	Transformação de produtos e apoio à comercialização	-	Alfabetização dos associados
Cooperativa Kavinga	Agricultura de sequeiro (Milho, feijão e abobora) <hr/> Agricultura de regadio: Horticultura e fruticultura	Transformação de produtos e comercialização	-	-

Fonte: ADRA (2018)

O milho, o feijão e a abobora se configuram como as principais culturas destas cooperativas, o milho é transformado em fubá ou farinha de milho, e ainda utilizam fubá de milho, batata doce e aboboras para fazer bolos e bolinhos, as mesmas também produzem outras culturas como batata doce de polpa alaranjada, abóbora, ginguba (amendoim), que é utilizado para fazer muamba,

As cooperativas possuem um caráter social também, ao preocuparem-se com a educação dos seus cooperados, a taxa de analfabetismo nas zonas rurais é alarmante, pelo pouco acesso a escolas que meio em si oferece, sendo assim a cooperativa de nangole desenvolve um trabalho social que é voltado para alfabetização dos seus membros associados, muitos deles que nunca tiveram oportunidades de ingressar a uma escola devido aos motivos já citados acima ou

⁵ ECAs: Escola de Campo dos Agricultores

ainda pela escassez de tempo que os mesmos possuem ao se dividirem entre o tempo de trabalho nas suas plantações e o tempo de se deslocar até as escolas que muitas vezes são bem distantes de suas residências.

Todas as cooperativas também atuam potencializando pontos e mercados para comercialização dos seus associados, e ainda que difícil mobilizando forças ainda que frágeis as vezes para que a produção das mesmas seja escoada.

A produção destas cooperativas é escoada para os grandes mercados num sistema combinado, há casos em que as cooperativas alugam caminhões para escoar e em outros casos os compradores dirigem-se ao município para a compra, sobretudo, de milho e feijão, mercados como mutundo na capital da província lubango, e até mesmo mercados paralelos em províncias vizinhas como Benguela e Huambo.

Outra característica isso pela cooperativa de Mawuwngue é a assistência técnica pela ECAs designada como Escola no campo do Agricultor, Segundo a ADRA (2016) a “A ECA não trata do desenvolvimento de tecnologias, mas do desenvolvimento das pessoas. As ECAs juntam pessoas para que possam melhor determinar os seus problemas e identificar meios para os resolver”, por conseguinte a cooperativa de Mawuwngue também possui um caráter social ao atuar na facilitação do acesso a documentação dos seus associados junto dos órgãos de direito, quer seja Bilhete de identidade, cédulas etc.

A cooperativa de Vihamba fornece aos seus associados também assistência técnica fitossanitária que é utilizado para evitar a propagação de pragas nas plantações, agrotóxico e vacinação do gato.

Figura 5 - Agentes associados as cooperativas em estudo



Fonte: Adra (2018)

As cooperativas possuem em média uma extensão de 1.125 hectares de terras aráveis, nas quais produzem até ou mais cerca de 6.750 toneladas de milho e 2.250 toneladas de feijão por ano, tendo como extensão média de terra por produtor

5ha, levando em conta também que a produção média para cada produtor é de 6 toneladas para a cultura do milho, e 2 toneladas feijão, sendo que os preços variam de acordo a procura e a época do ano. Na época chuvosa o preço do milho chega a rondar 45 a 60 Kwanza, e Kg do feijão a 250, 300 Kwanza, e na estação seca os preços sobem o milho chega a custar 75 Kwanza e o feijão entre 350 a 400 Kwanza varia.

As grandes dificuldades enfrentadas por estas cooperativas prendem-se na dificuldade de acesso as vias a pontos de venda para comercialização de seus produtos. Em que na sua grande maioria encontram-se degradadas, ao que dificulta o processo de transição dos produtos para comercialização em outras zonas fora do município e até mesmo da própria província.

Outra dificuldade prende-se também acesso ao crédito monetário, sendo que, os agricultores afirmam que os bancos não os querem financiar ou seja dar crédito, por insegurança, sendo que para a realidade destas cooperativas tem funcionado, mais o crédito em espécie sejam eles insumos /inputs agrícolas por parte de algumas organizações como a ADRA, e o Instituto de desenvolvimento agrário IDA.

Outro facto que torna difícil os aspectos ligados a produção/comercialização é a determinação do preço da produção pelos compradores, que na maioria das vezes chegam a rebaixar demais, muitos deles atravessadores que na tentativa de baixar cada vez mais o preço dos produtos, quando conseguem comercializam nos mercados informais a um preço muito superior ao comprado na mão destas cooperativas, ao que se configura como um problema para estas cooperativa revelando a sua dependência aos compradores, ou acabam por se submeter ao preço manipulado pelos compradores ou perdem a produção.

Dentre as cooperativas em análise a que mais se destaca é a cooperativa do Nangolo é das primeiras a ser legalizada na intervenção da ADRA a nível do município de Cacula, a mesma existe como organização comunitária desde 2003, na época de emergência (período em que a intervenção tinha um pendor assistencialista voltado para a distribuição de alimentos, bens e meios de sobrevivência).

Atualmente esta organização tem grande protagonismo em termos de produção agrícola e organização comunitária. Os indicadores de bom desempenho socioeconómicos estão visíveis nos bens materiais e tipo de vida da comunidade de

Nangole, isto é, no tipo de habitação (casa cobertas com chapas de zinco) que os membros da cooperativa possuem, transporte pessoal (motorizadas, aleluias, turismos Toyota starlet⁶), geradores, moto bombas.

Ao que lhe permite estar em um lugar de destaque em comparação as demais cooperativas, a cooperativa de Nangola possui ainda um sistema de serviços de comércio rural por eles iniciado, este serviço consta de uma cantina/loja comunitária (coletiva), armazém comunitário, equipado com televisão por satélite (antena parabólica), moagem, e cantinas/lojas individuais.

O tipo de casa, a posse de transporte para estas comunidades é um indicador de bem-estar social e económico, levando em conta que nem sempre foi assim, e no passado existiam dificuldades bem acentuadas, devido a precarização do trabalho individual que estes hoje associados desenvolviam, trazendo a questão descrita anteriormente da substancialidade dos seus rendimentos a quando do exercício dos seus trabalhos no campo exercidos individualmente, ao que nos remete a importância destas cooperativas nestas localidades de um modo particular em cacula, sendo que , podemos afirmar que o grande impacto socioeconômico destas cooperativas mede-se pelo nível de vida que os membros das mesmas tinham no passado e no nível que têm hoje, de modos em que já vivem em casas cobertas de chapa, têm motorizadas, parabólicas, geradores e outros bens; já mandam seus filhos à escola, têm os filhos a se formar em outros municípios (pagam os estudos dos filhos); têm membros alfabetizados e até participam da vida pública do município (encontros de concertação social).

Atendendo a análise feita as cooperativas em estudo consegue-se mais uma vez perceber a importância que tem tido o cooperativismo nas localidades rurais, na promoção de emprego e renda, diminuindo assim as desigualdades sociais e a pobreza extrema, maior integralização dos agentes rurais as estruturas básicas da sociedade, mas o mesmo ainda é muito limitado, com a escassez de programas e políticas de fomento ao cooperativismo agrícola seu avanço torna-se bem mais limitado, pois os programas e políticas existentes de desenvolvimento rural não tem um alcance geral, e acabam por comprometer a eficácia do cooperativismo.

⁶ Toyota Stalart: Aútomovel de pequeno porte fábriado pela toyota

Segundo a Adra (2018), a organização dos serviços de justiça ao nível local, a fraca inserção das cooperativas nos programas públicos locais, as limitações no capital social, a pouca experiência no sistema cooperativo em si, bem como o fato de ao longo dos últimos anos, o estado ter optado por megaprogramas de apoio a agricultura que colocaram de lado as cooperativas configuram-se também como limitações organizativas para o avanço do movimento cooperativista no país.

5 CONCLUSÃO

Angola é um país com um grande potencial agrícola e, os investimentos direcionados para o setor não tem tido efeitos muito significativos, prova disso é que o país continua a importar muitos produtos agrícolas para atender a demanda interna, sendo que a produção feita no país ainda se configura como insuficiente.

Com a Crise do Setor petrolífero, passou-se a olhar a agricultura como um dos elementos cimeiros para a diversificação da economia do país. Neste sentido, se trouxe a importância do surgimento de cooperativas e do fortalecimento do mesmo, como sendo uma possível alternativa de desenvolvimento rural e crescimento do setor agrícola no país.

Com as análises feitas através do estudo das cooperativas em Cacula, se conseguiu perceber a importância significativa das mesmas nas comunidades rurais, bem como o contributo para o crescimento da agricultura. Isso se observou pelo modo de vida da condição socioeconômica que os componentes (Agricultores) destas cooperativas passaram a apresentar após a inserção dos mesmos nestas organizações.

Mudanças estas que puderam ser notificadas pelo acesso a bens e estruturas que individualmente estes agricultores familiares não tinham e passaram a ter, as mesmas tem sido grandes canais na geração de empregos, renda, provendo a integração social de seus associados, diminuindo assim as desigualdades sociais e combatendo a pobreza. Tal fator se torna ainda mais relevante pelo momento de crise que o país enfrenta, onde se verifica uma alta taxa de desemprego, aumento da desigualdade social e conseqüentemente da pobreza.

Mensura-se assim o papel significativo das cooperativas nas regiões rurais de Angola. Mas, também é notório as limitações enfrentadas por este setor, que passa pela falta de políticas públicas direcionadas ao cooperativismo, ou seja, se deve pensar no cooperativismo que, atrelado as políticas públicas, pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento das localidades rurais e do crescimento da produção Agrícola e do próprio setor no país.

As políticas públicas adotadas devem promover o surgimento do cooperativismo, e fornecer mecanismos e ferramentas para viabilizar suas atividades. Para isso, as estruturas existentes que atualmente são frágeis por falta de investimentos, precisam ser fortalecidas. As políticas de crédito devem ser acessíveis, facilitação do acesso a legalização das cooperativas, construção de melhores vias de acesso aos grandes mercados para escoamento dos produtos, entre outros, bem como a divulgação massiva sobre a importância do cooperativismo, para que cada vez mais estas organizações tenham visibilidade e desta forma se valorize o movimento no país.

Tudo isso só será possível, tendo no Estado como principal apoiador destas organizações, sendo que só as cooperativas com as suas limitações não têm como auferir patamares maiores e serem os protagonistas de possíveis desenvolvimentos nas localidades rurais.

A presente pesquisa possuiu algumas limitações dado a escassez de informações disponibilizadas sobre o tema. O cooperativismo ainda é um movimento que precisa ser trabalhado e bem enraizado no país, tal fator poderia se iniciar se fazendo o cumprimento da própria legislação vigente do cooperativismo.

Sugere-se assim que o Governo Angolano invista no cooperativismo agrícola, fomentando políticas públicas, e viabilizando mecanismos para alavancar o movimento no país e conseqüentemente o crescimento do setor agrícola.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar**: 8 de outubro de 2010 . Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Contribuição para contribuição de uma política agrária em Angola**. 2017

AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Seminário Nacional sobre Associativismo e Cooperativismo Agropecuário em Angola**. 2012

AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Breve historial do movimento cooperativista após a independência do país e alguns desafios para o futuro**. 2012

AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Associativismo e cooperativismo agropecuários como veículos do desenvolvimento local e promoção da cidadania**. 2016

AÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE. **Ação para desenvolvimento rural e ambiente**. 2017

ADRA. Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente. **O Cooperativismo como modelo empresarial sustentável e rentável e o seu impacto no Fortalecimento da economia angolana cooperativismo**. 2016. Disponível em: <http://studiosvdv.com/ADRA/Cooperativismo%20agropecuario%20e%20desenvolvimento%20social%20em%20Angola%20-%20BELARMINO%20JELEMBI%20ADRA.pdf>. Acesso em: 23 de mar. 2018

ANGOLA. **Lei nº 22/15**, de 31 de agosto de 2015. Livre iniciativa cooperativa. Disponível em: http://www.portalocplp.org/media/company/1/uploaded_files/lei-23-2015-angola.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2018.

BNA. Banco Nacional de Angola. PIB. 2012. Disponível em: http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=950&idsc=13862&idi=949. Acesso em: 4 de abr. 2016

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **A concepção de “economia solidária” em paul singer: descompassos, contradições e perspectivas**. 2006. Disponível em: <http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio Carlos. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Biblioteca da Educação, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/lab12/Downloads/Agricultura Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

ESTEVAM, Dimas Oliveira; MIOR, Luís Carlos (Org.). **Inovações na Agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em santa catarina**. 1.ed. Florianópolis: Insular, 2014.

ESTEVAM, Dimas Oliveira Estevam; GIOVANA, Ilka Jacinto Salvaro; CARLA Spillere Busarello. **Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v16n2/1518-7012-inter-16-02-0289.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2018

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv23907.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HUÍLA, Governo Provincial da. **Perfil da Província da Huila**. 2018. Disponível em: <<http://www.huila.gov.ao/InformacoesProvinciais.aspx?tipo=Perfil>>. Acesso em: 14 mar. 2018

INE. Instituto Nacional De Estatística. Censo da População. 2014. Disponível em: . <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine> Acesso em: 18 Jan. 2018.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Seminário **Nacional sobre Associativismo e Cooperativismo Agropecuário em Angola**. 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/lab12/Downloads/COMUNICADO%20FINAL%20-%20CONFER%20ANCIA%20NACIONAL%20SOBRE%20ASSOCIATIVISMO%20E%20COOPERATIVISMO%20AGROPECU%20RIO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/lab12/Downloads/COMUNICADO%20FINAL%20-%20CONFER%20ANCIA%20NACIONAL%20SOBRE%20ASSOCIATIVISMO%20E%20COOPERATIVISMO%20AGROPECU%20RIO%20(1).pdf). Acesso em 4 de abr. 2018

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. **Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias** Ângela Mara de Barros. 2017. Disponível em: <<http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINATEL, Jhonatan Felipe; BONGANHA, Carlos André. **Agronegócios: a importância do cooperativismo e da agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.fatece.edu.br/arquivos/arquivos revistas/empreendedorismo/volume4/13.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Análise do sector agropecuário de Angola elaborado no quadro do programa detalhado para o desenvolvimento da agricultura em África (pddaa) ação para desenvolvimento rural e ambiente.** 2013.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** 2001. Disponível em:

PORTO, Selomi Bermeguy; FERREIRA, Marinilde Verçosa. **Cooperativismo e desenvolvimento socioeconômico: uma análise da cooperativa de crédito rural de economia solidária.** 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/lab14/Downloads/479-1679-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

PLOEG, Jan Douwe van Der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222011000200006&lng=pt. Acesso em: 17 out. 2017.

PICOLI, Vladimir Adalberto; FABRIS, Adilson José. **Cooperativa de pequeno porte e sua importância para o desenvolvimento econômico e social de produtores de leite: o caso da cooperativa de agricultores e produção agroindustrial familiar de Caibi - Coapafac.** 2014. Disponível em:<<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Vladimir-Alberto-Picoli.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

RICHARSON, Roberto J. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

SANTOS, Célia Cristina Moura; CEBALLOS, Zenaide Homem de Mello. **A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO.** 2017. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/inic/inic/06/INIC000027ok.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, Set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2017

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

APÊNDICE (1)

QUESTIONÁRIO

- 1- Distribuição e localização das cooperativas em estudo de Cacula, por região e território de abrangência.
- 2- Quais das cooperativas de Cacula mais tem se destacado em termos de desempenho socioeconômico.
- 3- É possível observar certa evolução socioeconômica dos associados após a inserção nestas cooperativas? Quais foram as mudanças?
- 4- Quais as quantidades produzidas pelas cooperativas de Cacula?
- 5- Quais os locais de comercialização da produção?
- 6- Como é feito o escoamento da Produção?
- 7- Quais as dificuldades que cada uma delas enfrenta?
- 8- Possuem alguma fonte de crédito? Qual?
- 9- Consegue-se observar o papel socioeconômico de cada cooperativa em suas regiões? Qual o papel?

